

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MILTON SANTOS: CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA, ESPAÇO E
TERRITÓRIO**

SUELI SANTOS DA SILVA

**FRANCISCO BELTRÃO
2009**

SUELI SANTOS DA SILVA

**MILTON SANTOS: CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA, ESPAÇO E
TERRITÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *strictu Sensu* em Geografia - nível mestrado – da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Dr. Marcos Aurélio Saquet

Área de Concentração: Dinâmicas territoriais

**Francisco Beltrão
2009**

Silva, Sueli Santos da

S586 Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. / Sueli Santos da Silva. – Francisco Beltrão, 2009.
145 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Geografia. 2. Espaço. 3. Território. I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Título.

CDD – 910.132

Ficha Catalográfica – Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MILTON SANTOS: CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA, ESPAÇO E TERRITÓRIO

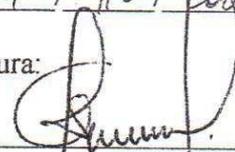
Autor: Sueli Santos da Silva

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

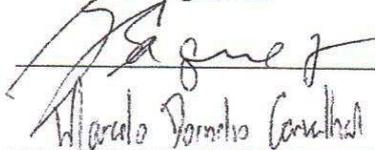
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Sueli Santos da Silva e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 14 / 10 / 2009

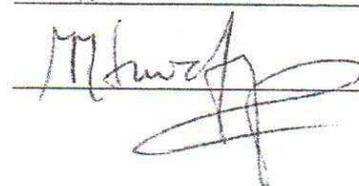
Assinatura:



Comissão Julgadora:



Marcos Aurélio Saquet



Ao meu **Deus**, pela permissão de realizar um grande sonho e pela presença constante em todos os momentos da minha vida.

Dedico este trabalho a todos àqueles que acreditam que a ousadia e o erro são caminhos para grandes realizações.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do período de mestrado, muitas pessoas foram importantes pela compreensão e colaboração prestadas. O meu sincero agradecimento, pois certamente fazem parte dessa conquista.

Agradeço a Deus e à todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com a minha formação durante estes anos de estudo e pesquisa:

À minha família

Ao meu companheiro Israel, meus filhos Eduardo e Murilo, pelo imenso amor, carinho e constante apoio, e pelo aprendizado que me proporcionam; e principalmente pelo incentivo e pela compreensão nos momentos de ausência;

A minha mãe, pelo imenso amor, carinho e constante apoio, incentivo e confiança em mim e em meu trabalho; a qual foi necessário ficar distante por um período, às minhas irmãs pelo apoio, cada qual ao seu modo e pela ajuda, sempre pertinentes;

A amiga Márcia Regina Mocelin, grande incentivadora para a realização desse. Ao governo brasileiro, por me proporcionar um estudo gratuito e de qualidade.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Oeste do Paraná, pela acolhida e pela confiança em mim depositada;

Ao Marcos, como professor, orientador e amigo; pela “confiança intelectual” e ensinamento durante esses dois anos.

Aos Professores Fabrício Bauab e Marcelo Carvalhal, pelas imensas contribuições na banca de qualificação, na defesa final e nas conversas ao longo do curso;

Igualmente agradeço aos professores Fernando Sampaio e José Luiz Zanella, que despertaram o conhecimento necessário no empreendimento deste, os quais sempre estarão presente de várias formas.

Aos meus amigos de graduação em Curitiba ‘espalhados’ mundo afora, cuja distância não reflete em esquecimento;

Aos novos amigos que fiz em Francisco Beltrão, pelas discussões, confraternizações e incentivos;

Igualmente agradeço aqueles que, por nesta reta final, me faltarem pensamentos, idéias e palavras; por ventura não tenha aqui mencionado...

À todos, o elogio maior do silêncio, sinônimo possível à palavra gratidão.

RESUMO

No presente texto descrevemos sobre as definições de Geografia, espaço e território em Milton Santos, a partir da segunda metade da década de 1970, na renovação geográfica, dando continuidade a partir de 1980 e 1990, quando faz-se necessário ocupar-se com um dos seus principais elementos – o território, de modo a representar sua composição, localização, formação e evolução. Através das obras *Por uma geografia nova* (1978), *Espaço e Sociedade* (1979), *Pensando o espaço do homem* (1982), *Espaço e método* (1985), *Metamorfoses do espaço habitado* (1988), *Território globalização e fragmentação* (1994), *A natureza do espaço* (1996), *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI* (2001), estudamos os conceitos de espaço e território. Desse modo pretende-se fazer a análise das obras e compreender a evolução desses conceitos na vida literária de Milton Santos.

Palavras-chave: Geografia, espaço, território.

ABSTRACT

Described in this text about the definitions of geography, space and territory in Milton Santos, from the second half of the 1970s, the renewal situation, continuing from 1980 and 1990, when it is necessary to deal with its main elements - the territory in order to represent its composition, location, formation and evolution. Through the works for a new geography (1978), *Space and Society* (1979), *Thinking space man* (1982), *Space and Method* (1985), *Metamorphosis of living space* (1988), *globalization and fragmentation Territory* (1994), *The nature of space* (1996), *Brazil - territory and society in the XXI century* (2001), we studied the concepts of space and territory. Thus it is intended to make the analysis of the works and understand the evolution of these concepts in the literary life of Milton Santos.

Keywords: geography, space, territory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Orientações concluídas	14
Quadro 2 - <i>Por uma geografia nova</i> (1978).	56
Quadro 3 - <i>Espaço e sociedade</i> (1979)	60
Quadro 4 - <i>Pensando o espaço do homem</i> (1982)	63
Quadro 5 - <i>Espaço e método</i> (1985)	67
Quadro 6 - <i>Metamorfozes do espaço habitado</i> (1988)	71
Quadro 7 - <i>A natureza do espaço</i> (1996)	82
Quadro 8 - <i>Brasil Território e sociedade no início do século XXI</i> (2001).....	88
Quadro 9 - Síntese da abordagem de território	89

INTRODUÇÃO.....	11
1. A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA: PROCESSOS E CONCEITOS ...	17
1.1 A Geografia de base positivista	17
1.2 A Nova Geografia	19
1.3 A Geografia Humanística.....	20
1.4 As transformações na sociedade e a renovação da Geografia no Brasil na década de 1970.....	23
1.5 O despontar da corrente crítica materialista no Brasil	28
1.6 Milton Santos e a geografia nova	32
1.7 A compreensão de espaço na Geografia	36
1.8 A importância dos conceitos.....	39
2. CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS EM MILTON SANTOS.....	46
2.1 Considerações sobre sua biografia (1926-2001)	46
2.2 Espaço e território	50
2.3 Milton Santos: Por uma geografia nova (1978)	53
2.4 Milton Santos: Espaço e sociedade (1979)	56
3 CONCEPÇÕES DE MILTON SANTOS NA DÉCADA DE 1980.....	61
3. 1 Pensando o espaço do homem (1982)	61
3.2 Espaço e método (1985)	64
3.3 Milton Santos: Metamorfoses do espaço habitado (1988)	67
4 MILTON SANTOS: e o retorno do território.....	73
4. 1 A natureza do espaço (1996)	77
4.3 O Brasil - Território e Sociedade no início do Século XXI (2001)	83
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo principal é compreender as concepções de Milton Santos sobre o conceito de território, entre os anos de 1970 e 2001. Para detalharmos a pesquisa, definimos os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar a concepção de geografia em Milton Santos; ii) verificar quais suas principais referências científicas no período definido; iii) identificar quais os principais componentes do território na visão de Milton Santos.

O estudo do território vem se constituindo em uma *tradição* do pensamento geográfico nos últimos 100 anos. Desde as proposições de Ratzel, inspiradas na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX, esse conceito tem sido utilizado para conferir uma dimensão política de mobilidade e de competição à lógica espacial. No entanto, qualquer discussão da geografia que tenha o território como objeto precisa, primeiramente, reavaliar as características essenciais desse conceito, na medida em que, no mundo atual, as dinâmicas de mobilidade e de competição se tornam cada vez mais desenvolvidas. Além disso, é importante evidenciar que o conceito de território tem diferentes significados estabelecidos historicamente, o que dificulta a sua simples utilização, é necessário, portanto, conhecermos as principais concepções.

Dessa forma, precisamos fazer um levantamento bibliográfico das obras que abordam o conceito de território a partir de 1970, no contexto da renovação da ciência geográfica, de modo que facilite a compreensão da abordagem de Milton Santos sobre o conceito de território, tarefa relevante que, muitas vezes, é ignorada ou simplesmente menosprezada nos trabalhos geográficos. De maneira geral, “território” se refere a um espaço qualquer, geralmente marcado e defendido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. O termo, originário do latim “*territorium*” (derivado de terra) figurava nos tratados de agrimensura, significando “pedaço de terra apropriada” e, de acordo com Le Berre, difundiu-se efetivamente na Geografia apenas no final da década de 1970. (LE BERRE *apud* HAESBAERT, 1997, p. 32).

Conforme Corrêa (1996), se a etimologia descreve o território com o significado de uma parcela de terra pertencente a alguém, a posse não se vincula necessariamente a propriedade da terra, mas à sua apropriação. Esta apropriação tem um duplo significado. De

um lado associa-se ao controle de um dado segmento do espaço; o conceito de território vincula-se à geografia política à geopolítica.

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos; o território vincula-se à geografia cultural.

Corrêa (1996), destaca que o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, e a apropriação passa associar-se à identidade de grupos e a afetividade estabelecida no espaço geográfico.

Para ele, os dois significados podem combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente, a partir de um processo mais amplo que denomina da organização espacial.

Território constitui-se, em realidade, um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetivo ou ambos. (CORRÊA, 1996, p.251).

Por esse raciocínio, há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes sociais, ou melhor, cada grupo estabelece seu território socialmente.

O conceito de território interessa a algumas disciplinas do conhecimento, especialmente à Geografia. Discuti-lo e empregá-lo não é tarefa simples, pois os inúmeros tratamentos que esse conceito recebe, oferecem a possibilidade de conceituá-lo com diferentes significados. E é justamente por isso, como mencionamos anteriormente, que nos propomos a resgatar e explicitar as reflexões sobre o conceito de território, desenvolvidas por Milton Santos, no período entre 1970 e 2001, inseridas no movimento de renovação da geografia.

Tais concepções serão representadas de forma cronológica e interpretadas de acordo com os diferentes momentos vividos pelo autor. Dessa forma, pretende-se observar e analisar a evolução do seu pensamento, que se revela compatibilizada com a sua época. O centro deste estudo dar-se-à pela leitura abrangente, análise e interpretação das diferentes obras de Milton Santos.

As fontes bibliográficas citadas em ordem cronológica, oferecerão suporte para a fundamentação teórica e construção de espaços referenciais ao trabalho. A partir da revisão de literatura, será possível contrastar posições para dispor de um arranjo mais ou menos organizado de referências, produzidas e transmitidas pelo autor.

Para tanto, efetuamos a pesquisa através de amplo levantamento bibliográfico, buscando informações em obras do autor estudado e em obras literárias pertinentes ao tema.

Além das obras relacionadas ao tema, serão referências básicas os seguintes livros de Milton Santos:

- *Por uma geografia nova*, 1978.
- *Espaço e sociedade*, 1979.
- *Pensando o espaço do homem*, 1982.
- *Espaço e método*, 1985.
- *Metamorfoses do espaço habitado*, 1988.
- *Território: globalização e fragmentação*, 1994.
- *A natureza do espaço*, 1996.
- *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*, 2001.

Também realizamos uma entrevista com a professora Mônica Arroyo, da USP, que forneceu subsídios importantes para nossa pesquisa. Colóquios no GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) da Unioeste, que foram encontros para estudar determinados aspectos da ciência geográfica e das abordagens do território e do espaço: isso também contribuiu para a realização de nossas pesquisas e para a análise de algumas obras e autores previamente selecionados, como a *Natureza do espaço*, de Milton Santos.

Cabe aqui ressaltar que o objetivo não é valorizar ou desvalorizar os conceitos propostos pelos demais autores, mas contemplar o mérito com o qual Milton Santos beneficiou a sociedade, principalmente a partir de sua produção intelectual e da formação acadêmica.

O levantamento sobre o número de seus orientados de mestrado e doutorado, bem como os temas estudados, nos dá a noção da sua influência no meio acadêmico e intelectual. (Quadro número 1).

Quadro 01 - Orientações concluídas por Milton Santos

Autor / Instituição	Título	Ano	Orientação
Luiz Fugazzola Pimenta. UFRJ	Configuração espacial e estruturas produtivas no Oeste catarinense.	1984	Mestrado em Planej. Urbano e Regional
Carlos Porto Gonçalves. UFRJ	Os limites d'Os limites do crescimento: análise do relatório do Clube de Roma.	1985	Mestrado em Geografia
Margarete de Castro Afeche Pimenta. UFRJ	A Estrutura Espacial a Microrregião Colonial do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina.	1986	Mestrado em Planej. Urbano e Regional
Sérgio Gertel. USP	Geografia, Informação e Comunicação: a imagem postal brasileira.	1991	Mestrado em Geografia Humana
Maria Ângela Faggun Pereira Leite USP	Novos valores: destruição ou desconstrução questões da paisagem e tendências de regionalização.	1992	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo 1995.
Cilene Gomes USP	A (des) localização do meio técnico-científico e a região de Sorocaba - SP.	1995	Mestrado em Geografia Humana
Maria Cecília Nogueira Linardi UFRJ	A Urbanização de Londrina-Pr.	1995	Mestrado em Planej. Urbano e Regional
Lídia Lúcia Antongiovani USP	O Meio Técnico-científico-informacional Brasileiro: a Publicidade como um vetor das modernizações.	2000	Mestrado em Geografia Humana.
Luiz Cruz Lima. USP	Novo espaço da produção: OS TECNOPOLOS	1994	Doutorado em Geografia Humana
Maria Cecília Nogueira Linardi. USP	Pioneirismo e Modernidade. A Urbanização de Londrina-Pr.	1995	Doutorado em Geografia Humana
Marita Silva Pimenta. USP	Cafecultura e Modernidade O Caso de Bom Jesus de Itabapoana - RJ.	1995	Doutorado em Geografia Humana
Denise de Souza Elias. USP	Meio Técnico-Científico e Urbanização Na Região de Ribeirão Preto -Sp	1996	Doutorado em Geografia Humana
Maria Laura Silveira. USP	Modernidade e Meio Técnico-Científico na Patagonia Norte (Argentina).	1997	Doutorado em Geografia Humana
María Mónica Arroyo USP	Território brasileiro e mercado externo. Uma leitura do Brasil na virada do século XX	1997	Doutorado em Geografia Humana
Samira Pedute Kahil. USP	A unidade e a diversidade do mundo contemporâneo. Holambra: a existência do mundo no lugar.	1997	Doutorado em Geografia Humana
Delfina Trinca Fighera. USP	Espaço e Globalização. O Caso da Venezuela.	1997	Doutorado em Geografia Humana
Alcindo José de Sá. USP	A dinâmica geográfica do espaço citricultor paulista como meio técnico, científico, mundial e global.	1998	Doutorado em Geografia Humana
Manoel Lemes da Silva Neto. USP	Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo.	1999	Doutorado em Geografia Humana
Sérgio Gertel UFRJ	A organização espacial da mídia brasileira.	1999	Doutorado em Geografia Humana

Fonte: Plataforma Lattes/curriculum de Milton Santos

Através deste quadro mencionado, é possível perceber que a influência de Milton Santos não é visível somente na geografia, mas também em outras áreas. Com a renovação da geografia, há uma difusão dos conceitos de espaço, paisagem, região e meio técnico científico informacional, na geografia e noutras ciências como a sociologia e a economia.

Nesse contexto, tem-se a intenção de contribuir com a ciência geográfica, como os demais temas abordados por seus orientandos, pois espera-se propiciar novos argumentos no que refere às acepções que o conceito de território recebeu na produção intelectual de Milton Santos no período mencionado.

A escolha do referido tema não ocorreu por acaso, deu-se pela necessidade de uma compreensão mais ampla e clara, embasada numa visão crítica, de forma a contribuir significativamente nas atribuições da ciência geográfica, desvendando aspectos ainda pouco estudados na obra de Milton Santos.

Considerando o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações, temos que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes. (SANTOS, 1985, p.12).

Território, espaço, lugar, todos conceitos que não são sinônimos, mas correspondem a processos sociais de nossa vida. Todos conceitos que precisam ser conhecidos da melhor maneira possível para orientar nossas pesquisas, aulas e demais atividades.

Com o processo de mundialização da economia, por exemplo, o estudo dos territórios voltou a ser valorizado, na década de 1990, no panorama geográfico, por diversas razões. O fim do mundo bipolarizado do ponto de vista militar e econômico também foi fundamental para a realização de novos pactos federativos que legitimaram as novas políticas e suas áreas de influência. Portanto, o conceito de território assumiu um papel importante, uma vez que pode servir como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação e acordos econômicos entre as nações.

De forma análoga, a partir dos anos 1980, o termo território passou a ser aplicado para representar as atividades de movimentos sociais urbanos. Com o crescimento das cidades brasileiras na década anterior, aumentaram também os problemas relativos à superpopulação, à baixa qualidade de vida, a violência e às desigualdades econômicas.

Para isso, foi necessário realizar uma rediscussão da validade do estudo territorial. As suas bases teóricas tiveram de ser renovadas para que esse conceito pudesse orientar estudos mais completos sobre as cidades. No passado, a geografia trabalhou o conceito de território associado apenas à escala do território nacional, limitado pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização sócio-espacial eram muito mais ricos do que a mera associação ao território nacional. As novas interpretações do território permitem, por exemplo, uma visualização da cidade, dividida entre o poder público e os grupos organizados, sendo uma expressão concreta e simbólica da reprodução da sociedade urbano-industrial.

Por fim, é importante destacar que dividimos a presente dissertação em quatro capítulos.

Capítulo 1 – A renovação da geografia: processos e conceitos, apresenta-se como ponto de partida para o entendimento do tema estudado, visto que nesse capítulo contemplam-se questões referentes às principais correntes geográficas: positivista, neopositivista, fenomenológica e marxista, além da aplicação do conceito sob diversos aspectos, perpassando sua totalidade. A partir de apontamentos filosóficos, revela-se que conceituar é também duvidar, pensar, criticar e propor ações alterando, inovando, buscando alcançar um entendimento mais abrangente.

No capítulo 2, discorre-se sobre as concepções de geografia, território e espaço em Milton Santos durante a década de 1970, cuja proposta era apresentar teorias mais consistentes que pudessem romper com as demais correntes do pensamento geográfico, bem como uma análise das obras *Por uma geografia nova* (1978), *Espaço e sociedade* (1979).

No capítulo 3, aparecem as diversas definições de território em Milton Santos a partir do espaço, como objeto de estudo da geografia, durante a década de 1980, quando faz-se necessário ocupar-se com um dos seus principais elementos – o território, de modo a representar sua composição, localização, formação e evolução, de acordo com as obras: *Pensando o espaço do homem* (1982), *Espaço e método* (1985), *Metamorfoses do espaço habitado* (1988).

O capítulo 4, é apresentado através das obras da década de 1990, quando as abordagens sobre espaço e território são mais contemporâneas, elaboradas de forma que permitem ao leitor situar-se no período técnico-científico-informacional, no qual a globalização se faz presente, bem como as desigualdades sociais relacionadas a esse processo.

Desse modo, pretende-se através das obras anteriormente mencionadas estabelecer as relações que ocorrem entre espaço e território, através de levantamento bibliográfico, compreendendo a evolução que o conceito de território foi assumindo durante a vida literária do autor estudado.

Com o intuito de reproduzir corretamente o conceito de território na abordagem de Milton Santos, tem-se ainda, a tarefa de atribuir maior ênfase ao seu pensamento na ciência geográfica.

Ressalta-se de igual importância, a confecção de quadros-sínteses, que aparecem ao final da análise de cada obra mencionada, de modo que através desses o leitor possa conhecer as principais referências, a compreensão de geografia, a compreensão de território e o entendimento do espaço, abordagens apontadas através dos pressupostos da geografia crítica baseados no materialismo histórico como método utilizado por Milton Santos.

1. A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA: PROCESSOS E CONCEITOS

O espaço geográfico vinculado às diversas correntes geográficas, já foi abordado de diversas maneiras, principalmente no período que se estende entre 1850 e 1970, quando a geografia tornou-se disciplina institucionalizada em universidades européias, até o início do século XXI.

Para compreender esse debate atual faz-se necessário abordarmos as principais características das correntes do pensamento geográfico e discussões epistemológicas para termos uma visão mais abrangente do seu desenvolvimento no tempo, passando pela corrente positivista (empírica), a neopositivista (pragmática), a fenomenológica, chegando a radical marxista (materialismo histórico e dialético). Desse modo, procuramos estabelecer o seguinte esquema sequencial: primeira fase até 1950, a Nova Geografia, a Geografia Humanística e a Geografia crítica, abordando as principais características do pensamento geográfico no movimento de renovação da Geografia.

1.1 A Geografia de base positivista

No que concerne ao aspecto metodológico, a institucionalização da geografia, mesmo ocorrendo no século XIX, constituir-se-ia dos princípios positivistas do século XVIII cujo idealizador, Emmanuel Kant, também é o inaugurador da disciplina de geografia (LENCIONI, 1999).

Segundo Capel (1985), no método positivista, acreditava-se ter superado o estágio do conhecimento metafísico substituindo-o por um conhecimento puramente objetivo e progressivo. Este conhecimento, veio a exercer influência teórico-metodológica significativa na ciência geográfica, não só na clássica, mas, especialmente, na quantitativa. No sentido epistemológico da Geografia, com a institucionalização universitária, a comunidade científica centrou seus estudos em duas diretrizes, norteadoras do pensamento geográfico as quais foram denominadas por Capel (1985) como: “problemas-chave definidores da disciplina”. O primeiro referia-se ao “estudo da relação homem-meio” e o segundo ao “estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre”.

Para Christofolletti (1985), a filosofia positivista caracteriza-se pela valorização exclusiva dos dados, tais como são coletados e observados pela experimentação, e o procedimento metodológico padrão é o representado pelas ciências físicas. Essa metodologia, pois, deveria ser aplicada a todos os ramos do conhecimento. Esta perspectiva da identidade fundamental entre as Ciências Exatas e as Ciências Humanas apresenta origens que voltam à tradição empirista inglesa, que remonta a Francis Bacon (1561-1626).

No Século XIX, Augusto Comte (1798-1857) delineou os fundamentos do positivismo, principalmente em duas de suas obras: *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842) e *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1844). Na França, Emile Durkheim (1858-1917) foi um dos propugnadores da aplicação da linha metodológica positivista às Ciências Humanas, isto é, ao estudo dos fatos humanos através dos métodos comuns das Ciências Naturais.

De acordo com Christofolletti (1985), inúmeros filósofos colocaram-se em posição contrária ao positivismo. No que se refere ao nosso interesse imediato, os anti-positivistas são adeptos de uma distinção entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais, e as suas bases principais foram estabelecidas por Friedrich Hegel (1770-1831). Posteriormente, Wilhelm Dilthey (1833-1911) estabeleceu uma distinção que se tornou generalizada entre explicação e compreensão. O modo explicativo seria característico das Ciências Naturais, que procuram o relacionamento causal entre os fenômenos. A compreensão seria o modo típico de proceder das Ciências Humanas, que não estudam fatos que possam ser explicados propriamente, mas “visam aos processos permanentemente vivos da experiência humana, e procuram extrair deles o seu sentido”. Os sentidos (ou significados) são fornecidos, segundo Dilthey, “na própria experiência do investigador e poderiam ser empaticamente apreendidos na experiência dos outros” (CHRISTOFOLETTI, 1985, pp.71-73).

Esta corrente teve centralidade na geografia regional, termo definido por Vidal de La Blache (1845-1918) que defendeu a região como entidade concreta e com certa uniformidade interna. Aos geógrafos caberia delimitá-la e descrevê-la. Segundo ele, a Geografia definiria seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre. Nesta noção de região, acrescenta-se a presença dos elementos na natureza, caracterizadores da unidade e da individualidade, a presença do homem.

A crise da Geografia considerada clássica coincidiu com a discussão da importância dos estudos regionais, mesmo antes da institucionalização da Nova Geografia, nos anos 1950. A crítica ao que se convencionou chamar de “excepcionalismo na Geografia” levou à crise do paradigma tradicional, cujo foco, na França, centrava-se na geografia regional. A proposta veio do geógrafo alemão, Fred Schaefer que, influenciado por Hartshorne, julgava que a Geografia se encontrava num estágio letárgico. Ou como as palavras deste autor: “De fato, o progresso da Geografia foi mais lento do que o de outras ciências sociais” (SCHAEFER, 1976, p. 11).

Hartshorne, ao assimilar as teorias de Hettner, propõe o conceito de região enquanto criação intelectual. Desse modo, influenciou os geógrafos da nova geografia, “constituindo-se em uma questão de classificação ou taxonomia espacial” (Corrêa, 1997, p. 50). O objeto de estudo da geografia, ou seja, a superfície terrestre passa a ser recortada, descrita e classificada; regionalizar significa classificar as áreas.

Segundo Moraes (1995, p. 97), uma das maiores razões da crise desta Geografia, foi: “A falta de leis, ou de outra forma de generalização”. Vítima de muitas críticas, esta corrente passaria, a partir de então, para uma fase de renovação de seu método e de suas concepções de ciência e de ver o mundo.

1.2 A Nova Geografia

A Nova Geografia é também conhecida como geografia teórica, quantitativa e pragmática. Todas as expressões são referências ao caráter teórico-metodológico desta corrente.

Como fruto da influência denominada neopositivista, a análise regional nesta corrente é isenta de historicidade, visto que a mesma provém da crítica ao historicismo da Geografia tradicional, em especial dos conceitos de La Blache. Um dos resultados dessa formulação é o conceito de região compreendido como um aparato “eminente descritivo, mantendo a tônica de todo o pensamento geográfico” (MORAES, 1995, p. 77).

Para os geógrafos desta corrente “a única geografia científica (...) é a sistemática, já que ela permite buscar leis gerais, formular teorias que logo se aplicam ao estudo regional” (CAPEL, 1985, p. 390).

Para Guelke (1982): “A ascensão da Nova Geografia, na sua ênfase nas relações espaciais e o seu uso dos métodos estatísticos, coincidiu com o declínio na importância dos estudos regionais”. A região, como recorte do espaço, é definida pelo pesquisador com base em elementos pré-estabelecidos: deduz-se, quantifica-se e regionaliza-se.

Neste sentido, parece regredir em relação à Geografia da fase anterior que avançou ao considerar a região como fruto do processo histórico e dos diferentes gêneros de vida. Assim, parece haver um empobrecimento, advindo de um anti-historicismo.

A Geografia pragmática, servia como “instrumento de dominação burguesa. Um aparato para o Estado capitalista” (Moraes, 1995, p. 108) fomentado pela geografia do planejamento regional. Entre as diversas críticas que essa corrente geográfica recebeu, destaca-se uma de Capel (1985) ao afirmar: “A geografia quantitativa é desde o princípio decididamente a-histórica”.

Se a Nova Geografia representa, na história do conhecimento geográfico, retomada e aplicação consciente da metodologia científica aos seus problemas, também se compenetraram de muitas das dificuldades e exigências metodológicas, procurando soluções para resolvê-las. É normal que surgissem reações contrárias à Nova Geografia, procurando seguir outras perspectivas filosóficas, que contestam e procuram substituir os preceitos de metodologia científica de linhagem positivista. A Geografia Humanística e a Geografia Radical são tendências que ganharam ímpeto nos últimos anos do século XX.

1.3 A Geografia Humanística

Também conhecida como geografia da percepção, é considerada anti-positivista e crítica. Essa corrente possui bases filosóficas da perspectiva fenomenológica, do existencialismo, do idealismo e da hermenêutica (MELLO, 1990). Gomes (1996) considera o estudo do “espaço vivido” a base da geografia humanística.

De acordo com Christofletti (1985), a abordagem humanística em Geografia tem como base os trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph e Mercer e Powell, e possui a fenomenologia existencial como a filosofia subjacente. Embora possuindo raízes mais antigas, em Kant e em Hegel, os significados contemporâneos da fenomenologia são atribuídos à filosofia de Edmund Husserl (1859-1939). “Evidentemente,

esse movimento filosófico foi ampliado e vários autores forneceram subsídios importantes, tais como Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre, entre outros” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22).

Na fenomenologia, preocupa-se e trata-se de descrever a experiência vivida tal como ela é, com a intenção de abordar o fato ou a experiência analisando-a. Para Merleau-Ponty (1999), é a partir da visão pessoal ou da experiência de mundo de cada indivíduo que são colocadas e estruturadas as idéias básicas do conceito na fenomenologia. Assim, a fenomenologia se define como sendo uma filosofia que descreve um fenômeno ou um conjunto de fenômenos a partir da percepção e experiência manifestada pelos indivíduos que convivem com o espaço e o interpretam segundo as leis do seu conhecimento ou da sua consciência.

Um dos ramos da fenomenologia caracterizou-se como sendo o estudo da essência, sem a responsabilidade de analisá-la, explicá-la ou solucioná-la. Do mesmo modo, não há preocupação de saber a origem do fenômeno e nem de contemplá-lo no processo histórico em que ele se desenvolve.

Porém, pode ser considerada como uma vertente crítica, considerando-se a radicalização em uma ciência que se mostrava como único conhecimento capaz de chegar a *verdade*. Merleau-Ponty, filósofo existencialista chama atenção para o mundo da percepção. Para ele,

o mundo da percepção, isto é, o mundo que nos é revelado por nossos sentimentos e pela experiência de vida, parece-nos à primeira vista o que melhor conhecemos, já que não são necessários instrumentos nem cálculos para ter acesso a ele e, aparentemente, basta-nos abrir os olhos e nos deixamos viver para nele penetrar. Contudo, isso não passa de uma falsa aparência. Eu gostaria de mostrar que esse mundo é em grande medida ignorado por nós enquanto permanecemos numa postura prática ou utilitária, que foram necessários muito tempo, esforços e cultura para desnudá-lo e que um dos méritos da arte e do pensamento moderno (os últimos 60 ou setenta anos) é o de fazer-nos redescobrir esse mundo em que vivemos mas que somos sempre tentados a esquecer. (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 2).

Não queremos aqui negar a ciência, mas como afirma Merleau-Ponty, “trata-se de saber se ela tem o direito de negar ou excluir como ilusória todas as pesquisas que não procedam como ela por medições, comparações e que não sejam concluídas por leis, como

as físicas clássicas. Vinculando determinadas conseqüências a determinadas condições”. (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 6). Os fenomenólogos tiveram atitude firme diante da produção do conhecimento e do mundo. Nesta concepção, há preocupação em analisar os sentimentos, os signos, as relações sociais cotidianas.

Segundo Entrikin *apud* Christofolletti (1985), na fenomenologia, preocupa-se em analisar os aspectos essenciais dos objetos da consciência, através da supressão de todos os preconceitos que um indivíduo possa ter sobre a natureza dos objetos, como os provenientes das perspectivas científica, naturalista e do senso comum. Preocupando-se em verificar a apreensão das essências, pela percepção e intuição das pessoas, utiliza-se como fundamental a experiência vivida pelo indivíduo. Dessa maneira, contrapõe-se às observações de base empírica. "A fenomenologia não é nem uma ciência de objetos, nem uma ciência do sujeito: ela é uma ciência da experiência" (CHRISTOFOLLETTI, 1985).

A Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão do mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona. Nessa perspectiva, os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de "humanística", pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos (ENTRIKIN *apud* CHRISTOFOLLETTI, 1985, p.22).

Evidentemente, existem nuances internas. Conforme Christofolletti, os trabalhos de Yi-Fu Tuan são mais candentes de humanismo, enquanto os de Anne Buttimer e Edward Relph são mais expressivos pela aplicação da perspectiva fenomenológica. Como representativo dessa perspectiva geográfica humanística insere-se o trabalho de David Lowenthal (1961), complementado pelos artigos de Anne Buttimer (1976) e Yi-Fu Tuan (1976).

Argumenta-se em favor de uma Geografia da existência, onde o *homo economicus* que atuava no mundo como uma realidade econômica foi substituído pelo *homo sapiens*, que aos olhos de Buttimer “ é mais orientado para sua própria necessidade, para sobreviver e crescer em diálogo com a natureza, como o espaço e com o tempo” (BUTTIMER *apud* CAPEL, 1981, p.444).

De acordo com Tuan *apud* Christofolletti (1985), as noções de espaço e lugar surgem como muito importantes para esta tendência geográfica. O lugar é lócus onde o indivíduo se encontra ambientado e integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem". A corrente Humanística incorporou o conceito de espaço vivido à análise regional na Geografia. Tuan (1982, p. 156) afirma que: "A descrição vívida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística".

Nesse sentido, o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. Em 1974, ao tentar estruturar o setor de estudos relacionados com a percepção, atitudes e valores ambientais, Yi-Fu Tuan propôs o termo *Topofilia* definindo-o como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico" (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.22).

O lugar passa a ser entendido não apenas como localização, mas como fenômeno experienciado pelos homens que nele vivem. O lugar é mais que um espaço ou uma paisagem, nele estão as raízes de seus habitantes, os laços identitários, as relações afetivas.

Enfim, a geografia humanística adquire, assim, uma postura crítica e, ao mesmo tempo, humana e social, a partir do momento que não se preocupa somente com o clima, a vegetação, o relevo e outros, mas, essencialmente, enfoca os sentimentos, idéias e experiências da humanidade que se faz presente no espaço geográfico.

A seguir, no intuito de contextualizarmos minimamente a produção intelectual de Milton Santos, evidenciamos alguns fatores e características da renovação da geografia no pós-1970.

1.4 As transformações na sociedade e a renovação da Geografia no Brasil na década de 1970

A renovação da Geografia no Brasil, na segunda metade da década de 1970, foi condicionada por mudanças sociais (políticas, econômicas e culturais) e espaciais. Há transformações profundas, tanto interna como externamente ao país: agravamento da degradação ambiental e das denúncias; acirramento da pobreza, especialmente nas periferias das grandes cidades; crise do petróleo; desdobramentos inesperados da Guerra

Fria, enfim, um conjunto de processos que condiciona o repensar geográfico, a partir de outra opção filosófica e política, centrada no materialismo histórico e dialético.

Conforme demonstra Saquet (2007), ao mesmo tempo, há um movimento contraditório interno à própria ciência geográfica, que emerge em países como a França, Estados Unidos, Suíça, Itália e no próprio Brasil, centrado na revisão das metodologias utilizadas, dos significados dos conceitos, das categorias e dos temas estudados. “É um movimento de mudanças na produção do conhecimento que acompanha transformações sócio-espaciais (...) e no nível do pensamento” (Saquet, 2007, p. 37). Destacam-se autores como Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quaini, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, entre outros.

De acordo com Evangelista (1999), o período em que ocorre o processo de renovação da geografia no Brasil, coincide com diversas transformações na sociedade global. O clima de reabertura política da época caracteriza-se por um profundo aceleração das relações sociais, investimentos financeiros, decisões políticas. A esses fatos, incentivava-se toda e qualquer iniciativa estimuladora de crítica ao governo, ao modelo econômico, à injustiça social etc. Para alguns, o país passava por um período de efervescência política, chegando a estimular a perspectiva de que pudessem ocorrer mudanças sociais profundas.

O momento histórico de abertura política, a volta dos exilados políticos e a realização de várias greves de operários, sobretudo no Estado de São Paulo (o principal pólo industrial do país), foi uma época propícia à contestação e às denúncias.

O resgate das franquias democráticas (queda do AI-5 em dezembro de 1978, promulgação da anistia e quebra do sistema bipolar da vida partidária em 1979, etc.) propiciaram um *clima* em que as entidades civis se viram convocadas a participarem do processo de redemocratização.

No ano de 1982, tivemos a eleição, nos principais estados do país, de três governadores de oposição ao regime militar, foram eles: Franco Montoro pelo PMDB (São Paulo), Leonel Brizola pelo PDT (Rio de Janeiro) e Tancredo Neves pelo PMDB (Minas Gerais).

A eleição destes políticos, combinada ao aumento da bancada oposicionista no Congresso Nacional, aceleraram as iniciativas em favor da queda do regime militar e pela defesa da eleição direta para presidente.

Contrariamente às expectativas, após ocorrer uma forte mobilização social envolvendo milhões de pessoas em várias passeatas, em todo Brasil, em prol da eleição direta (emenda do então deputado federal Dante de Oliveira), esta medida não foi aprovada em abril de 1984. Este desfecho deve ter ocasionado um sério momento de perplexidade na sociedade civil, na medida em que não ficava claro o caminho futuro da mobilização. Nesta situação, surgiu a solução de *consenso* ao se defender a vitória de Tancredo Neves sobre o então candidato oficial Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, o que de fato ocorreu no início do ano de 1985.

Ora, esta solução de consenso parece ter quebrado uma expectativa de que a mobilização social “teria vindo para ficar”, ou seja, que não teríamos apenas uma luta pelas Diretas-Já; havia questões mais profundas para se enfrentar, por exemplo: a má distribuição de renda, reforma agrária, dívida externa, etc. (EVANGELISTA, 1999).

Outros dois fortes e decisivos momentos da vida nacional foram o falecimento de Tancredo Neves, em abril de 1985, não chegando a tomar posse da presidência, tendo o substituído José Sarney, e a implantação do *Plano Cruzado*, em 1986, que conteve o processo inflacionário por alguns meses, proporcionando ao então partido do governo, o PMDB, uma avassaladora vitória nas eleições de novembro daquele ano.

Estes dois eventos reforçaram no imaginário da população brasileira a idéia de ter um pacto em torno do Governo, pois a nova estrutura de poder, de característica civil, mostrava-se “bem intencionada” em realizar as mudanças desejadas. O surgimento da esperança, na chamada *Nova República*, ou na intenção de melhorar a situação econômica através do *Plano Cruzado*, deslocam o grosso da população brasileira de qualquer caminho que fosse na direção das quebras das estruturas sociais. Assim, a chamada *Nova República*, no plano político, e o plano Cruzado, no plano econômico, minoram, entre outras iniciativas, movimentos contestatórios mais acentuados na época (EVANGELISTA, 1999).

Enfim, houve uma mudança de horizonte que acabou afetando as diferentes entidades civis, e, naturalmente, a AGB. A percepção de que se pudesse ter sinais de um processo mais profundo no país, revolucionário, não logrou o sucesso esperado.

Porém, esta retenção não foi somente ocasionada pelas circunstâncias nacionais, houve as internacionais. Evangelista (1999), destaca que o movimento dos trabalhadores portuários de Gdansk, na Polônia, que recrudescceu a partir de 1980 - gerando o movimento *Solidariedade*, acentuou o processo de sucessivas revisões quanto ao adequado papel que os então países socialistas teriam no avanço do socialismo. O então euro-comunismo acentuou a adoção de posturas políticas, distintas da antiga União Soviética e vislumbrou formulação teórica que se distanciava cada vez mais dos postulados do marxismo-leninismo, a saber: a conquista do poder pelo voto.

As políticas de *Glasnost* e *Perestroika* adotadas pela então União Soviética, em meados da década de 1980, promoveram fortes discussões nos partidos comunistas em diferentes países. Foi a época que o principal centro da causa socialista no globo, a URSS, abandonou, na prática, o postulado da ditadura do proletariado em favor de uma abertura política e econômica.

Por fim, a repentina queda do bloco socialista, em 1989, e, em seguida a desagregação da União Soviética, demarcaram mudanças profundas na história da humanidade.

Foram fatos impressionantes tendo em vista que na primeira metade do século XX, o marxismo-leninismo teve grande expressão no campo político, econômico, filosófico... e, de 1970, até o final desta década, aproximadamente 1/3 da humanidade encontrava-se sob sua influência; no entanto, em menos de 10 anos, a partir de meados da década de 1980, ocorreu um desmoronamento do sistema socialista de governo (EVANGELISTA, 1999).

Enfim, houve um conjunto de fatores internos e externos à ciência geográfica que condicionou a substantivação da corrente denominada geografia crítica, no Brasil e noutros países, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970.

1.5 O despontar da corrente crítica materialista no Brasil

No início da década de 1970, a Geografia Quantitativa, enquanto disseminada no ensino de graduação, não se encontrava suficientemente capilarizada. Pelo contrário, a Geografia Quantitativa estava concentrada em algumas universidades e órgãos de governo. Quanto à Geografia Humanística, esta apresentava pequena produção à época.

No contexto geral, houve diferentes aspectos sócio-econômicos e políticos que deflagaram a influência do marxismo na Geografia; de forma resumida, a partir de Horacio Capel (1981), em *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporânea*, cabe destacar:

a) após a morte de Stalin e a tendência de coexistência menos beligerante entre os sistemas socialistas e capitalistas, houve um florescimento da reflexão marxista que não se viu tão previda em defender as políticas do estado soviético;

b) a expansão dos movimentos libertários nas antigas colônias dos países europeus no Terceiro Mundo impulsionou a reflexão sobre o subdesenvolvimento e busca de soluções para os problemas sociais encontrados;

c) a consciência da degradação ambiental concorreu com a verificação da deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades, justificando o aparecimento de movimentos sociais que procuraram se opor a estes processos.

Na França, por exemplo, houve aqueles que, comungando com a teoria marxista, defenderam a renúncia da Geografia na justificativa de que a mesma era uma herança da sociedade burguesa, de base positivista, e, portanto, contrária aos interesses dos trabalhadores, eram os chamados *liquidacionistas*, segundo Yves Lacoste. (MORAES, 1987).

Nos Estados Unidos, segundo Horacio Capel, o aparecimento da Geografia Crítica ocorreu em 1969, quando foi apresentada na reunião da *Associação dos Geógrafos Americanos* a revista *Antipode. A Radical Journal of Geography* editada por Richard Peet. Cinco anos mais tarde, houve a organização da Geografia Crítica americana através da criação da *Union of Socialist Geographers* e da associação *Socially and Ecologically Responsible Geographers* (SERGE *apud* CAPEL, 1981).

No Brasil, segundo Moraes e Costa (1987), os geógrafos que introduziram, na Geografia, uma abordagem crítica, foram Pierre George, Bernard Kayser, Jean Tricart entre

outros e, um marco na formação da geografia crítica, foram as Jornadas dos Intelectuais Comunistas realizadas em Ivry, na França, em 1953.

A Geografia de influência marxista foi denominada de “crítica” frente aos ideais da nova geografia que se encontrava eivada pela filosofia de cunho positivista, assim como à realidade social e, foi denominada de “radical” no sentido de propor transformações na sociedade, como referiu-se Capel (1985, p. 427), “que cheguem até a verdadeira raiz dos problemas”.

Conforme afirma Gomes (1996), a geografia crítica é fundamentada em pressupostos marxistas, opõe-se à concepção idealista da história, elencando uma série de novos temas, chamados de categorias, que servirão à análise geográfica.

Marx introduz a noção de uma razão histórica, materialmente determinada, em oposição à concepção do idealismo que definia o real como um produto da razão absoluta. Desta maneira, o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento, historicamente determinado e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais. Estas categorias são concebidas a partir de um raciocínio que envolve uma cadeia de determinações entre elas (GOMES, 1996, p. 282).

A partir da configuração do pensamento marxista na Geografia, enfatizando-se um entendimento histórico da sociedade, surge a dificuldade para se adequar a linguagem da temporalidade com a da espacialidade. Yves Lacoste indica a dificuldade de ter em Marx um ponto de apoio para a Geografia,

Sobre a relação homem-natureza, identifica-se que o marxismo força a opção dos geógrafos “... ou a Geografia é uma ciência da sociedade ou uma ciência da natureza” e sendo adotada a Geografia como ciência social, os fenômenos da natureza são destacados “...enquanto recursos para a vida humana” . (MORAES e COSTA, 1987, p. 58).

Na análise da relação da Geografia Radical com os outros campos da Geografia, por sua vez, verifica-se uma acirrada luta contra a Geografia Quantitativa, não apenas pelo seu conteúdo técnico, mas em virtude de seus pressupostos de base positivista. Neste aspecto, há um ponto de proximidade com a Geografia Humanística, substantivada, de maneira geral, num movimento contrário à geografia quantitativa.

Outro aspecto diz respeito à formalização geométrica do espaço, pela qual as relações sociais se apresentam como relações entre áreas, assim, o espaço é tido como uma variável independente, onde as origens dos processos sociais são detectadas e compreendidas por processos espaciais, cuja dimensão unidimensional não destaca a própria dinâmica da evolução da economia capitalista. (MENDOZA *et alli*, 1982, p. 144).

Há um conjunto de argumentos em favor da dialética sócio-espacial, ou seja, da relação de influência mútua entre a sociedade e o espaço. Este, desse modo, é produto e condição dos processos sociais, como demonstram autores como Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre e Eduard Soja.

Pela primeira vez na história moderna da disciplina temas sociais e políticos marcados por uma perspectiva crítica deixam de ser tratados episodicamente, como fizeram precursores como Elysée Reclus, para serem tratados sistematicamente (PESSOA, 2007).

E não foram poucos os geógrafos que adotaram o marxismo; de certo modo, o marxismo facilitou a resolução de certos impasses como a pretensa neutralidade da geografia, proporcionando uma visão de mundo que articulava elementos e processos econômicos, políticos e culturais relacionados a um projeto político (o que proporcionava um sentido para suas próprias vidas). Houve a nítida percepção de que se participava de um processo histórico que os arremessava para o futuro - em nome de uma sociedade igualitária.

De acordo com Moreira (2007), foi a partir da década de 1970 que o pensamento geográfico brasileiro desponta para a renovação. A renovação da geografia, marcada pela passagem da geografia quantitativa para a geografia crítica, ocorreu num período em que o país passava pela ditadura militar, quando havia muita repressão e censurava sobre qualquer pensamento com teores críticos mais acirrados.

É portanto, nessa época que ocorre a incidência do pensamento neopositivista e estruturalista de forma hegemônica no qual as teorias anti-históricas eram predominantes.(MOREIRA, 2007). Diante desses fatores, acontece a redescoberta da história e da dialética e Milton Santos é um dos expoentes desse movimento na geografia.

Desse modo, torna-se evidente o comentário de Moreira (2007) quando afirma que “o pensamento estruturalista chega como novidade e irá encontrar campo de circulação”, de forma que a sua visão histórica é que instrumentará a crítica ao anti-historicismo positivista.

Nessa perspectiva, Pierre George, com sua obra *Geografia Ativa* e Yves Lacoste, com a *Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra* (1977), tornam-se a base inicial da renovação da geografia no Brasil, pois contribuem para o rompimento de paradigmas até então predominantes na geografia.

Nas críticas apontadas nessas obras, os autores abordam *falências* da crise presentes na geografia praticada até aquele momento, de modo que, tanto as críticas políticas quanto as ideológicas, vieram a acrescentar um novo significado de sua abordagem, tornando-se possível estabelecer parâmetros até então desconhecidos (MOREIRA, 1992).

Assim, nos dizeres de Ruy Moreira (1992), o resultado dos debates que se acirraram no período em questão, diagnosticou-se a *falência* de uma geografia conservadora e pobre de conteúdos, a qual era praticada nas escolas.

Desse modo, as contribuições Georgeanas e Lacostianas foram cruciais nesse rompimento, visto que Pierre George aborda questões sobre a população e o subdesenvolvimento, enquanto que Yves Lacoste faz críticas ao conceito de região e espacialidade.

Além de Lacoste, concomitantemente, há os textos de Henri Lefebvre. Se com Lacoste somos levados ao problema ideológico-político da questão do espaço, com Lefebvre somos instigados a debater o seu estatuto teórico. Henri Lefebvre detalha os fundamentos da compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade (MOREIRA, 2000), pois fornece, no plano teórico, o fundamento para aquilo que Lacoste fizera no plano institucional e epistemológico do discurso geográfico. Abrem ambos, assim, para a crítica interna *madura* às duas correntes então vigentes na geografia: a funcionalista (inspirada na abordagem de François Perroux) e a neopositivista (com seu recorte geometrizarante, do teoreticismo quantitativo (MOREIRA, 2000, p. 31).

Portanto, foi a partir desses embates teóricos que o materialismo histórico e dialético forma, na geografia uma nova escola, no bojo da abertura política brasileira a partir da década de oitenta. Foi referência fundamental na Geografia para ajudar a compreender o processo histórico da formação brasileira. Cabe destacar, no entanto, que este vigor da Geografia Crítica foi mais intenso no ambiente universitário e muito menos nos órgãos de planejamento de governo. Armando Corrêa da Silva (1984), observa que o

processo de renovação tem, também, a concorrência de uma velha instituição, a saber: o Departamento de Geografia da Universidade São Paulo.

Nessa perspectiva, Evangelista (1999), destaca que a primeira instituição que passou a divulgar a Geografia Crítica foi a AGB, a universidade enquanto instituição foi mais lenta em adotar princípios da Geografia Crítica. Aliás, a presença da Geografia Crítica nas universidades é menos marcante que o verificado na AGB. Esta maior receptividade, à época, pela AGB, decorreu de sua maior permeabilidade aos episódios que então marcavam a política nacional.

Inicialmente, a própria estrutura de poder vigente na AGB foi avessa à adoção de uma nova conduta que só ocorreu a partir da entrada de novos elementos em sua estrutura, entre 1978 e 1980. No Brasil, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), que existe desde a década de 1930, foi um dos principais instrumentos de divulgação da Geografia Crítica, por meio de uma nova consciência política.

Conforme Moreira (2000), pode-se afirmar que o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros, realizado em Fortaleza (Ceará), no ano de 1978, demarcou o início da Geografia Crítica a nível nacional, sendo o encontro seguinte, o de 1980, no Rio de Janeiro, outro momento decisivo no movimento, frente às tendências existentes.

Assim, as revistas que abordam artigos de Yves Lacoste e Henri Lefebvre, foram fundamentais para a ruptura. Foi esse o papel cumprido por Antipode, Herodote, Boletim Paulista de Geografia, Território Livre, Contexto, Temas de Ciências Humanas, Encontros com a Civilização, Vozes, revistas que inspiraram novas idéias e alimentaram o circuito das mudanças, como Milton Santos esclarece na resenha-balanço *Sobre Geografia Nova*. (MOREIRA, 2000).

Conforme este mesmo autor, é notório que a Associação dos Geógrafos Brasileiros, com a ascensão dos elementos vinculados à Geografia Crítica em seus postos de gestão, passou a discutir com muito maior ênfase temas políticos. Este enfoque visava compreender melhor o que acontecia no Brasil, e, deste modo, vislumbrava alternativas para a organização do espaço, a pesquisa e o ensino. A própria AGB passa por uma reorganização interna.

A esse fato, remetemo-nos novamente a Moreira (2000), quando evidencia em sua obra: *Assim se passaram dez anos*:

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza no 3º Encontro Nacional de Geógrafos, da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isto pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país movimentos de crítica e renovação, espontâneos, difusos e, portanto sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das idéias que precipitam a crise da ciência. (MOREIRA, 2000, p. 29).

Assim, a partir do final da década de 1970, a AGB transformou-se interna e externamente ao procurar inserir nos debates as mudanças que podiam ser promovidas no Brasil. A primeira metade da década de 1980, neste sentido, foi bastante fecunda nas discussões políticas, encaminhamentos teóricos, pesquisas e no que se refere à difusão da geografia no meio acadêmico.

1.6 Milton Santos e a geografia nova

O final dos anos 1970, constituiu-se como um momento de profundas mudanças sócio-espaciais no mundo, como já é bem conhecido. É também a partir dos anos 1970 que ocorre a ruptura com a geografia quantitativa, buscando inserir novos objetos e novas temáticas no processo de renovação. Milton Santos colabora decisivamente através de suas produções, propondo caminhos alternativos de abordagem.

Na obra *Por uma geografia nova* (1978), Santos apresenta uma das propostas mais amplas da geografia crítica. Milton Santos argumenta que é preciso discutir o espaço social e ver a produção do espaço como objeto, processo e movimento, em suma, uma “acumulação desigual de tempos”. Este autor exemplifica a postura política que caracteriza o pensamento crítico geográfico, fundamentado dialeticamente numa metodologia diversificada apresentando orientações estruturalistas, existencialistas e marxistas. Enfim, Milton Santos nos propõe que diversidades epistemológicas estimulam reflexões, novos caminhos.

Em meio a essa renovação, ocorre outro fator importante para compreendermos o vigor da Geografia Crítica, pois é nesse período que ocorre a volta do exílio do Prof. Milton Santos. A sua obra *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma geografia*

crítica, em que preconiza uma geografia voltada para as questões sociais, e reúne uma base substantiva e sistemática de idéias (MOREIRA, 2007).

Milton Santos recorre a esse processo fazendo uma releitura crítica dos conceitos pouco substanciados, com isso, atrai para si a atenção da comunidade acadêmica e novos adeptos para a nova corrente de pensamento, de tal modo que mesmo aqueles que não somaram com o movimento, reconheceram a sua importância em função da estatura intelectual deste professor.

Com princípios fundamentados numa concepção histórica-crítica, Milton Santos, consegue desestruturar discursos neopositivistas, proporcionando uma visão mais estruturalista e apresentando um conteúdo crítico mais explícito. Porém, ele não estava sozinho, diversos professores somaram esforços, destacadamente os professores Armen Mamigonian e Armando Corrêa da Silva, além de uma série de outros mais jovens que ainda não tinham suficiente influência na estrutura de poder dos meios universitários, órgãos de planejamento e de pesquisa. (EVANGELISTA, 1999).

Desse modo, paulatinamente, as contribuições Miltonianas, ganham destaque e ascensão, abordando a interação sociedade e espaço, de maneira similar como fazem outros geógrafos situados em diferentes locais de trabalho, a exemplo de Massimo Quaini propondo a superação da dicotomia sociedade *versus* natureza através de uma abordagem geo-histórica como ele próprio denomina, também contribuindo para uma progressiva expansão da Geografia Crítica.

É um movimento, de renovação da geografia, que envolve vários estudiosos, desta e de outras ciências, dispersos e relativamente articulados em diferentes países.

De acordo com Christofolletti (1985), a leitura e a análise das obras de Marx e Engels foram aspectos destacados no movimento da Geografia Radical, a fim de procurar focalizações para a análise marxista do espaço. Em 1974, fundou-se a União dos Geógrafos Socialistas (*Union of Socialist Geographers*), em Toronto, que se encontra organizada com base em federações locais e sem possuir uma sede central. A partir de 1975, ela se tornou responsável pela publicação da revista *U. S. G. Newsletter*. Outro fato importante foi a publicação do livro de David Harvey - *Social Justice and the City*, 1973 -, que foi a primeira tentativa de apresentar uma síntese para a análise marxista do espaço urbano.

Representando a linha da relevância social surgiu, em 1977, a obra de David M. Smith - *Human Geography: a welfare approach* -, propondo a reformulação da Geografia Humana. Nos Estados Unidos, desde 1969, está em circulação a revista *Antipode: a radical journal of Geography*, que representa um veículo constante desse movimento geográfico embora importantes contribuições tenham sido publicadas por diversas outras revistas geográficas (CHRISTOFOLETTI, 1985).

Na França, o movimento da Geografia Radical foi liderado por Yves Lacoste, cujo grupo se tornou responsável pela revista *Hérodote*, que vem sendo editada desde 1976. No Canadá, o *Cahiers de Géographie de Québec* (vol. 22, n° 56, 1978), dedicou um número especial ao estudo do marxismo e geografia. Richard Peet, conforme Christofolletti (1985), um dos mais eminentes geógrafos radicais, organizou uma coletânea a propósito da *Radical Geography*, em 1978.

A Geografia Radical também visa ultrapassar e substituir a Nova Geografia (...) ela procura analisar os processos sociais, e não os espaciais, ao inverso do que se costumava praticar na geografia teórica-quantitativa (...) A Geografia Radical interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações sócio-econômicas.(CHRISTOFOLETTI, 1985, p 92).

Os seus propugnadores consideram a Nova Geografia como sendo pragmática, alienada, objetivada no estudo dos padrões espaciais conforme mencionamos anteriormente, e não nos processos e problemas sócio-econômicos e com grande função ideológica. Desta maneira, nessa focalização, encontra-se uma tentativa de integrar os processos sociais e espaciais no estudo da realidade. Isto porque, no materialismo histórico e dialético, considera-se como fundamental os modos de produção, enquanto as formações sócio-econômicas espaciais (ou formações econômicas e sociais) são as resultantes.

As atividades dos modos de produção geram formações diferentes. Cada modo de produção, capitalista ou socialista, por exemplo, reflete-se em formações sócio-espaciais distintas, cujas características geográficas devem ser analisadas e compreendidas.

Com isso, enfatizam-se os temas de relevância social, a fim de incentivar os mecanismos das lutas de classe, tais como: a pobreza, as desigualdades e as injustiças sociais, a deterioração dos recursos ambientais, as desigualdades espaciais e sociais etc.

O questionamento adotado incide nos compromissos sociais e nos posicionamentos políticos em jogo e aponta para propostas de renovação, na construção de um conhecimento que lhe seja antagônico, um elemento na superação da ordem capitalista e implementação do socialismo.

Assim, na geografia crítica, apresenta-se um conjunto de propostas que visam romper com os pensamentos anteriores. Defende-se uma postura de transformação frente a realidade social, e se propõe a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem e de transformação social. É uma geografia, acima de tudo, de denúncias. No entanto, para Moreira (2000), a crítica começa como uma denúncia ético-finalista de um saber posto secularmente a serviço do poder e dos poderosos.

De acordo com Christofolletti (1985), podemos destacar alguns autores pioneiros representantes dessa corrente de pensamento desde Peter Kropotkin e Elisée Reclus, com orientação anarquista¹;

- A de orientação para o Terceiro Mundo, exemplificada pelos trabalhos de J. M. Blaut (1973, 1975, 1976), destinados a propor análises sobre o desenvolvimento e o imperialismo;

- A de orientação marxista, que se baseia no estudo das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, na procura de fundamentos teóricos e na sua aplicação aos problemas sócio-econômicos. E os trabalhos de David Harvey (1973 a 1976) são expressivos como exemplos dessa orientação.

Em língua portuguesa encontram-se disponíveis diversas obras e artigos relacionados com a Geografia Radical. Entre as traduções, convém mencionar as obras de Yves Lacoste (*A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, 1977), de Massimo Quaini (*Marxismo e Geografia*, 1979) e de David Harvey (*Justiça Social e a Cidade*, 1980), além do artigo de James Anderson (1977), sobre a ideologia na Geografia.

Entre os geógrafos brasileiros, Milton Santos destacou-se nessa perspectiva geográfica, através de diversos artigos e de duas obras mais expressivas, denominadas *Por uma Geografia Nova* (1978) e *Economia Espacial* (1979). Carlos Porto Gonçalves (1978) e

¹ Elisée Reclus (1830-1905), era anarquista e aliado de Bakunin, grande opositor de Karl Marx na I Internacional, foi precursor de uma linha da Geografia que assume um caráter crítico à organização social. (Andrade, 1985, pp. 15-16).

Ruy Moreira (1979) também já elaboraram artigos engajados nessa temática (CHRISTOFOLLETI, 1985). Até o final da década de 1980 foi esta estrutura de pensamento que predominou no pensamento geográfico produzido no Brasil.

1.7 A compreensão de espaço na Geografia

Somente a partir da década de 1970 o espaço constituiu-se em tema central para os geógrafos marxistas, sendo a perspectiva transformadora que nega a ordem estabelecida e desponta como elemento de superação e construção de uma visão integradora do espaço.

Segundo Corrêa (1995), é na Geografia teórica-quantitativa, que o espaço aparece pela primeira vez como conceito-chave da disciplina, enquanto que lugar e território não são conceitos significativos nessa corrente. No seio dessa proposta, o espaço geográfico foi considerado sob duas formas: através da noção de planície isotrópica e de uma construção teórica que se resume numa concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo.

Na Geografia Crítica, o espaço reaparece como um conceito-chave tornando-se uma categoria de análise e gerando diversos debates. Nessa premissa, Harvey *apud* Corrêa (2003), abordou a noção de espaço relacional que foi crucial no âmbito desta concepção de espaço, aqui entendido a partir das relações entre os objetos e relações, estas que implicam em custos-dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância. Critica-se o empirismo exagerado da geografia tradicional com suas fundamentações positivistas, mostrando vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a idéia de progresso veiculando a uma apologia da expansão do modo capitalista de produção. Para Harvey *apud* Corrêa (2003), o espaço geográfico é multidimensional e construído historicamente por cada sociedade.

Yves Lacoste *apud* Santos (1996), explicita que era necessário construir uma visão integradora do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possuía valor estratégico nos embates políticos, “é necessário saber pensar o espaço, para nele se organizar”.

Outro pensador muito importante nesse processo foi Henri Lefebvre. Para Moreira (2000), teve particular efeito o texto de *A Reprodução das Relações de Produção*, obra de 1973 (mesmo ano da edição francesa), editado pela editora Publicações Escorpião, Lisboa. Segundo o autor, nesta obra Lefebvre toma o espaço como foco do seu olhar sobre a história, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade, a partir da reprodução das relações de produção. O espaço, por este raciocínio, é determinado e determinante, numa dialética constante que ocorre entre espaço e sociedade.

Assume também um conteúdo político explícito na sua afirmação, a geografia é uma prática social em relação à superfície terrestre. Seguindo esta mesma prática filosófica, Milton Santos elabora uma resposta calcada na prática social: o espaço é a morada do homem, mas pode também ser sua prisão.

Lefebvre (1976), também afirma que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. O espaço é construído socialmente, porém, é condição para a reprodução das relações sociais.

O espaço que organiza o fluxo da história, diz, distribui suas relações no território, articula estas relações em uma unidade e sob a forma da escala condiciona, gera e determina a estrutura, atuando como uma poderosa determinante de rumo. Uma resposta normativa, não ontológica, não obstante (LEFEBVRE *apud* MOREIRA, 2000, p.40).

Na análise marxista a partir da obra de Lefebvre, o espaço é entendido socialmente, vinculado à prática social, como um instrumento político, campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo: para Lefebvre, o espaço engloba esta concepção e a ultrapassa. Portanto, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou um soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE *apud* CORRÊA, 1995, pp. 25-26).

A partir da concepção de espaço lefebvreana, que despontou como um marco para a geografia da década de 1970, muitos geógrafos adotaram o materialismo histórico e

dialético como paradigma. Inspirado em Lefebvre e Marx, Milton Santos elabora sua concepção de formação sócio-econômica. Santos (1977), afirma “não ser possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem se recorrer ao espaço”. Modo de produção sócio-econômico e espaço são categorias interdependentes. Para esse autor: “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada”. De modo que “(...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”. (SANTOS, 1977, p. 5).

Dessa maneira, a formação espacial envolve conceitos como os de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território. Segundo Corrêa (1995), as práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Entretanto, para Moraes (1986), a geografia crítica não rompe, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional. Mantêm-se o caráter descritivo e empirista e os procedimentos gerais da análise regional, mas introduz-se novos temas, conciliando a metodologia da análise regional com o instrumento conceitual do materialismo histórico e dialético.

Trabalhando com uma concepção mais ampla, Milton Santos, conforme Moraes (1986), realiza uma discussão crítica a respeito do território, enfocando a expansão espacial das relações capitalistas de produção, onde há organização do espaço implementada por este modo de produção, enfim, a lógica do capital na apropriação e ordenação dos lugares.

(...) Desde o primeiro momento da renovação, o trabalho desponta como a essência concreta do espaço. Afinal, é um espaço produzido. Além disso, há uma presença do tempo implícita nesta formulação. Produto histórico, centrado na ação do trabalho, o espaço tem aí o *locus* exato do seu estatuto ontológico. (MOREIRA, 2000, p.39).

Assim, a ruptura que foi ganhando espaço na geografia, não foi um movimento tranqüilo, mas sim, cheio de sinuosidades, conforme Moreira (2000), quando descreve como sendo o seu início dotado de uma crítica do discurso existente, passando por consideráveis mudanças e avançando sem muita unidade por modelos propostos que,

mesmo não obtendo a adesão esperada de início, projeta-se em favor da renovação, sobretudo, pela revisão dos significados dos principais conceitos utilizados até então.

1.8 A importância dos conceitos

Os conceitos elaborados no meio acadêmico e científico são instrumentos que exemplificam a evolução de teorias, sendo de suma importância para a reflexão de determinado tema. E através deles chega-se ao resultado da pesquisa que passa a incluir novos elementos no sentido de reconstrução do conceito, a partir do resgate histórico, buscando definições claras para tal compreensão. Os significados que os conceitos assumem revelam características das épocas e das ciências.

A palavra conceito, segundo Santos (1992), geralmente significa uma abstração extraída da observação dos fatos. “Mas pela razão de que cada fato particular ou cada coisa particular só tem significado no conjunto em que estão incluídos, essa coisa ou esse fato, é que terminam sendo o abstrato, enquanto o real passa a ser o conceito”. Mas o conceito só é real na medida em que é atual (SANTOS, 1985, p. 09).

Conforme Chalmers *apud* Candiotto (2005), não existe um conceito universal de ciência ou do método científico, mas sim uma evolução que reordena e reorganiza tais fatores de acordo com o momento. Não podemos defender ou rejeitar um item de conhecimento por ele confrontar a algum critério pronto e acabado de cientificidade, é preciso propor elementos colaborativos que venham ocupar o presente para ordená-los.

Para se entender um processo, faz-se necessário uma construção do conceito. Sua constituição modifica-se historicamente, sendo constantemente recriado, em função das mudanças internas à ciência e da própria dinâmica das transformações sociais e espaciais, incorporando novas variáveis.

Como cada conceito possui uma compreensão diferente, conceituar é tomar partido, é uma posição política e ideológica, e, conseqüentemente, subjetiva. Para Deleuze & Guatarri (2007), não há conceito simples, todo conceito tem componentes, e se define por eles, bem como não há conceito de um só componente:

Não há conceito que tenha todos os componentes, já que seria um puro e simples caos: mesmo os pretensos universais, como conceitos últimos, devem sair do caos circunscrevendo um universo que os explica: contemplação, reflexão, comunicação. (DELEUZE & GUATARRI, 2007, p. 27).

Para esses autores, todo conceito remete a um problema ou a problemas, sem os quais não teria sentido e só podem ser isolados ou compreendidos através da produção do conhecimento que passa, necessariamente, pela elaboração das teorias.

Serres *apud* Candiotto (2005), afirma que existem várias ciências, cada uma com seu arcabouço teórico-conceitual, seus objetivos e suas metodologias. Em qualquer ciência existe uma variedade de linhas de pensamento, métodos, procedimentos metodológicos, conceitos e técnicas. Isso ocorre na geografia, como descrevemos anteriormente.

Na mesma ciência, como acontece na geografia, um conceito pode ser compreendido de diferentes maneiras. Nesta ciência, o uso de conceitos vem sendo alterado e inovado, de forma a alcançar um entendimento mais abrangente.

Lefebvre (1995), por sua vez, afirma que um conceito possui um devir e está em relação com conceitos situados no mesmo plano, os conceitos se acomodam uns aos outros, superpõe-se uns aos outros, coordenam seus entornos, compõe-se seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, mesmo se tem histórias diferentes, de modo que todo conceito tem uma história.

Nesse processo, de acordo com Santos (1996), é preciso buscar uma geografia do movimento, inserindo novos conceitos, e dando a ela uma nova roupagem e novos significados aos conceitos, como ocorreu, por exemplo, com o de território.

Assim, a abordagem de território recebe diversos significados desde o final do século XIX. No Brasil, um estudioso que ousou aprimorar tal conceito foi o geógrafo Milton Santos que desenvolveu considerações fundamentais para a compreensão do território enquanto elemento do espaço.

Para Haesbaert (2004), o território é um conceito central à geografia por dizer respeito à espacialidade humana, a partir da qual torna-se necessário enfatizar a sua materialidade nas relações sociedade-natureza. Dessa forma, Haesbaert faz menção a Milton Santos como defensor da concepção mais relevante e teoricamente mais consistente, em que o “uso” (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território.

Considerando que a expressão território, tem uso antigo nas Ciências Sociais e naturais, recentemente, com a retomada dos estudos de geografia política e geopolítica, Manuel Correia de Andrade, na obra *A questão territorial no Brasil* (1995), afirma que este concorre com termos tradicionais como espaço e região, sendo que esta última tende a cair em desuso. A partir do início da década de 1990, no Brasil, como destaca Saquet (2007), ocorre uma rápida difusão do conceito de território, tanto na geografia como em outras ciências, como a sociologia e a economia.

Andrade (1995), também ressalta que, nas Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX, por geógrafos como Friedrich Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus, que procurava estabelecer relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado.

Na geografia, outro exemplo significativo é a utilização do termo região. Geralmente, região refere-se a extensão de um objeto, podendo valer para extensão do globo terrestre, de um país, do corpo humano ou mesmo de um objeto abstrato, como na frase “esta região do conhecimento”.

Para Santos (1996), a região vem se tornando cada vez mais universal, as regiões são o suporte e a condição de relações globais que, de outra forma, não se realizariam.

Acostumamo-nos a perceber a região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável, de modo que as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente (...), portanto, ela não é suprimida, apenas muda de conteúdo, a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. (SANTOS, 1996, pp. 246-247).

A lógica dialética, ou concreta, conforme afirma Milton Santos, mostra que através de uma análise mais detalhada, enriquece-se o conhecimento. O indivíduo é uma totalidade que contém qualidades determinadas pela totalidade de seres vivos em sociedade. Portanto, a lógica concreta abrange o movimento entre os níveis singular, particular e universal; a universal se manifestando por suas singularidades.

O movimento que vai de cada um destes termos (singular, particular e universal) aos outros dois não se interrompe nunca. Abrange também o movimento geral do universo, que afeta a estabilidade postulada pela lógica

‘pura’, que modifica as coisas, o pensamento, os conceitos... todo conhecimento é conhecimento de um objeto. Então, os conhecimentos humanos crescem e determinam sem parar, novos objetos e novas relações de objetos (LEFÈBVRE *apud* GEIGER, 1994, p. 234).

O conceito pode se referir à coisa abstrata ou materializada. Conforme Henri Lefebvre *apud* Geiger (1994), no conhecimento, é através do particular que o pensamento pode compreender o singular. Isto é, através dos sujeitos, são compreendidas as relações dos indivíduos entre si e com o mundo universal, ou, através de regiões, são entendidas relações entre os lugares e a Terra, ou, entre sociedades locais e a sociedade internacional. No desenrolar dos movimentos históricos, porém, modificam-se as características do universal, do singular, e, conseqüentemente, do nível intermediário, o particular.

Para Lefebvre (1995), os termos são as palavras que entram nas ligações lógicas, tomadas enquanto expressões verbais de um conteúdo. A palavra *terminus* (limite), expressa muito bem o fato de que estamos situados fora do conteúdo, ou pelo menos “no limite” do conteúdo, a fim de examinarmos apenas ligações formais.

Retomando a discussão, conforme Lefebvre *apud* Geiger (1994), pode-se dizer de um termo qualquer, que ele é singular, quando designa um indivíduo; particular ou especial quando designa um conjunto definido ou parte de um conjunto, e geral quando designa um conjunto indefinido, ou seja, uma classe de objetos ou que possuam um caráter comum isolado por abstração.

Segundo Lefebvre (1995), o termo ou conceito pode ser encarado sob dois aspectos: a extensão e a compreensão que destacam o conjunto das qualidades possuídas. A definição deve visar a essência, isto é, supor a existência de tipos, dos quais seja possível extrair e discernir a essência. O mais essencial é o mais geral, onde a definição assim concebida engloba todo o definido e convém tão somente ao definido.

Nessa perspectiva, Henri Lefebvre (1995), mostra que o conceito não pode ser imobilizado nem fechado. Nesse sentido, a qualidade e a quantidade, a extensão e a compreensão do conceito são inseparáveis, na medida que a lógica do conceito, lógica da essência, é lógica da qualidade (LEFEBVRE, 1995, p. 141).

Sabendo que o conceito designa um conjunto de qualidades determinadas, é principalmente segundo esse ponto de vista que o conceito fornece um instrumento de

pesquisa e de classificação. O conceito se enriquece simultaneamente em compreensão e em extensão.

Lefebvre (1995), finaliza suas proposições citando Goblot para sustentar que o conceito determinado, por um lado, é um nó de relações na série infinita das ligações e relações possíveis; envolve juízos já efetuados e juízos “virtuais”. Mas esse “nó”, esse “centro” de juízos, por outro lado, tem uma realidade diferente daquela dos juízos que envolvem, correspondendo a uma realidade objetiva.

Henri Lefebvre comprova a objetividade do conceito e seu caráter dinâmico, quando afirma que o conceito se forma, progride, se enriquece (em compreensão e em extensão), e conclui que o conceito tende para a idéia, a objetividade do pensamento humano.

Outra situação comum nas Ciências Sociais diz respeito ao uso indiscriminado de termos diferentes da linguagem comum, como que significando a mesma coisa. Por exemplo, território e espaço.

Dentre os conceitos da Geografia, o espaço geográfico é o mais abrangente, apresentando-se como “um todo” do qual derivam os demais conceitos e com o qual eles se relacionam. Corrêa (1982), lembra que o termo espaço é de uso corrente, utilizado no dia a dia e em diversas ciências. Nos dicionários, o termo espaço apresenta numerosos qualificativos, além de ser descrito segundo várias acepções diferentes. “Entre os astrônomos, matemáticos, economistas e psicólogos, entre outros, utiliza-se, respectivamente, as expressões espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal” (CORREA, 1982, pp.25).

Para este autor, a expressão espaço geográfico ou espaço, aparece como vaga, estando associada a uma porção da superfície da terra identificada, seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem imprimiu as suas marcas, seja com referência a uma localização. O autor acrescenta que “*a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior*” (CORRÊA, 1982, p.34).

Porém, espaço e território não significam a mesma coisa. O espaço conforme Santos (1978), corresponde às formas e às relações sociais ou a um conjunto de objetos e ações. Já a configuração territorial, é formada por um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, denominados por objetos e arranjos.

Para Santos (2004), o espaço é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. Porém, o território também pode ser entendido como resultado dos objetos e ações, e como conjunto de mercadorias. As diversas acepções que esse conceito recebe serão discutidas ao longo deste texto e de acordo as diversas obras de Milton Santos que serão abordadas ao longo da pesquisa, pois esse intuito é o que nos moveu a investir nessa caminhada.

Podemos adiantar que, segundo Geiger (1994), território vem de terra que, normalmente, significa uma porção não pedregosa, asfaltada, ou cimentada da superfície terrestre, e que pode ser argilosa, arenosa ou saibrosa. A rocha viva, o asfalto ou o cimento cobrindo, formam os limites, o *terminus*, do termo. Cimentada passa para o termo chão.

Refere-se também a uma extensão terrestre, mas inclui relações de poder, ou posse, de um grupo social sobre uma extensão terrestre. O termo é também empregado para expressar o controle de indivíduos sobre determinada área geográfica. O território também assumiu outros significados, mas não é nosso propósito explicar todos.

A compreensão do termo território não se restringe a sua situação de conceito geográfico, mas também faz parte do uso corrente de outras ciências, em que é adotado com significados diferentes. Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles é o poder, já que os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente, como nos ensina Milton Santos. As fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área alcançada por essas relações de poder, sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas como, por exemplo, subdivisões estaduais internas. Da mesma forma que ocorre com vários dos demais conceitos, podemos identificar territórios em níveis escalares diferentes, tais como em escala mundial, nacional, regional e local.

Desse modo, no próximo capítulo, abordamos as concepções geográficas de Milton Santos referentes aos conceitos de espaço e território na década de 1970.

2. CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS EM MILTON SANTOS

2.1 Considerações sobre sua biografia (1926-2001)

O Prof. Dr. Milton Santos (Milton de Almeida Santos), nasceu em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, no dia 03 de maio de 1926. Em entrevista ao Prof. Dr. Délio Mendes² (1998), é descrito como geógrafo e livre pensador brasileiro, homem amoroso, afável, fino, discreto e combativo, dizia que a maior coragem, nos dias atuais, é pensar, coragem que sempre teve. O Prof. Milton Santos formou-se em Direito no ano de 1948, pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), foi professor em Ilhéus e Salvador, autor de livros importantes para os geógrafos brasileiros e de outros países, pela originalidade e audácia: "O Povoamento da Bahia" (1948), "Futuro da Geografia" (1953), "Zona do Cacau" (1955) entre muitos outros. Em 1958, voltava da Universidade de Estrasburgo, na França, com o doutorado em Geografia; trabalhou no jornal "A Tarde" e na CPE (Comissão de Planejamento Econômico-BA), precursora da Sudene. Foi o único brasileiro a receber um "prêmio Nobel", o Vautrin Lud, que é como um Nobel de Geografia.

Doutor *honoris causa* em vários países, no período entre 1964 a 1977, foi professor na França, Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela, Tanzânia (em função do exílio político determinado pela ditadura de 1964), sempre escrevendo e lutando por suas idéias, foi autor de cerca de 40 obras e membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Entre outras, destacamos:

- *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

- *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau S.A. Ediciones, 1973.

- *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99.

- *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

² Délio Mendes é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Extraído de entrevista em Por uma outra globalização, de Milton Santos. *Política Democrática* (Brasília). Brasília, 2001.

- *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.
- *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- *Metamorfoses do espaço habitado*. Paulo: Hucitec, 1988.
- *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec /Educ, 1994.
- *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

Seu retorno ao Brasil decorreu de um acontecimento especial ao geógrafo baiano: a gravidez de sua segunda esposa, Marie Héliene Santos. Milton queria que seu segundo filho, Rafael dos Santos, nascesse baiano, como seu primogênito, o economista Milton Santos Filho, que faleceu poucos anos antes que o pai.

Em 1978, estava de volta à vida universitária brasileira. Mas trazia na bagagem uma obra que marcou os geógrafos marxistas do país: *Por uma geografia nova*, neste trabalho Milton Santos preconiza uma geografia voltada para as questões sociais.

Entre 1978 e 1982, trabalhou como professor visitante na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. Atuou também como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde permaneceu até 1983.

Em 1983, ingressou em uma nova instituição de ensino e pesquisa: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde

organizou congressos, ministrou aulas na graduação e na pós-graduação, pesquisou, produziu livros, artigos etc.

Milton Santos faleceu em São Paulo-SP, no dia 24 de junho de 2001, aos 75 anos, vítima de câncer. Durante sua produção intelectual, mostrou-se “flexível”, no sentido de que foi capaz de mudar seu posicionamento em relação aos estudos em Geografia. Geógrafo por opção, sobretudo por se interessar pelas questões da mudança, da transformação. Encontrando nessa área da ciência um amparo espiritual, deu a ela uma contribuição teórico-metodológica. Foi um autor central, como já afirmamos, na renovação da geografia no Brasil.

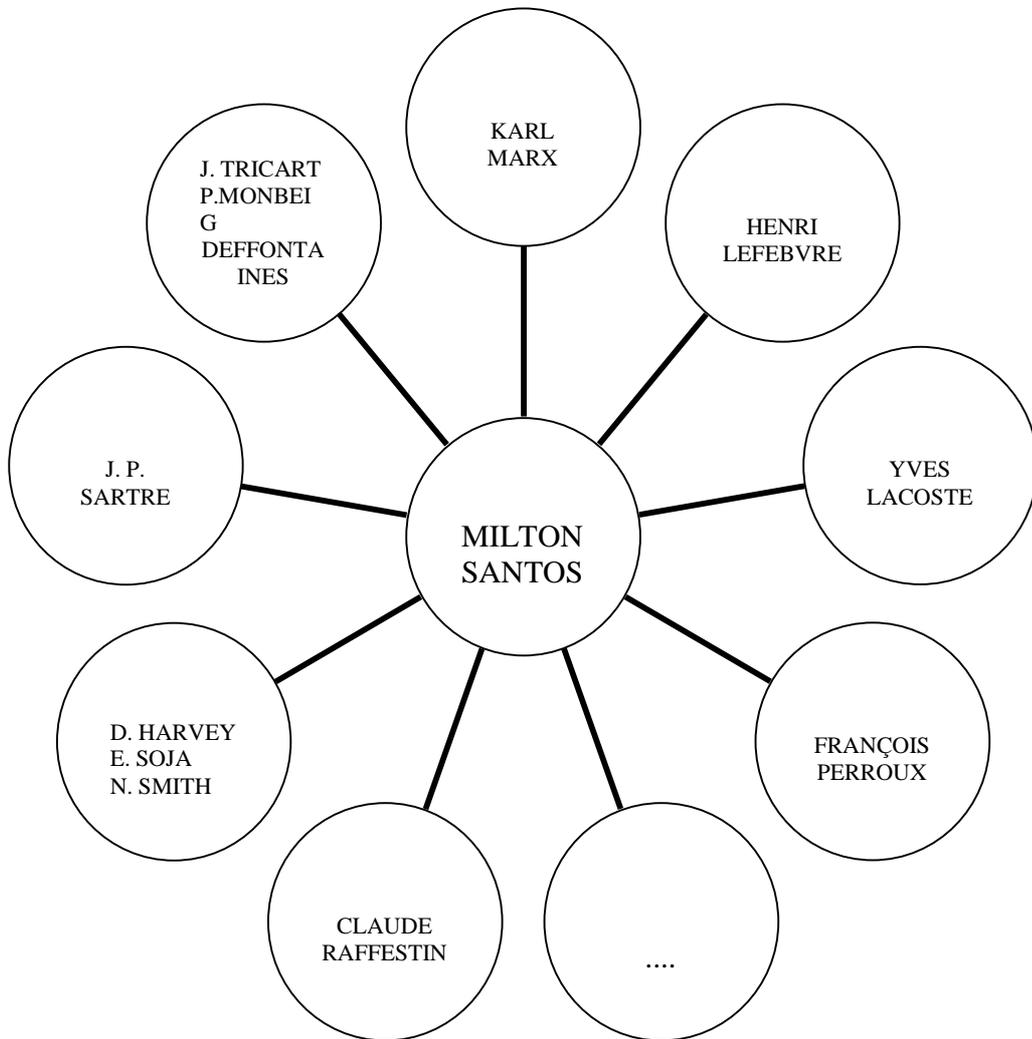
Entre seus principais temas estudados até 2001, produziu críticas à globalização considerando que a mesma tem sido levada a efeito do ponto de vista do capital financeiro. Propunha uma outra globalização. Intelectual, estudioso do espaço e do tempo, compreendeu, em seu tempo, o espaço como produção do homem na relação com a totalidade da natureza e a intermediação da técnica³. Técnica que corresponde a um tempo determinado pela produção dos homens. Milton Santos se fez presente em vários dos grandes embates intelectuais da última metade do século passado e continua sendo muito citado em inúmeros trabalhos acadêmicos relacionados com a urbanização brasileira, espaço e globalização, meio técnico-científico informacional, redes.

Ao longo de sua carreira, Milton Santos teve diferentes influências na formulação de suas bases teóricas, tais como: Jean Tricart, que foi em 1956, seu orientador no Doutorado no Instituto de Geografia da Universidade de Strasbourg; Pierre Mombeig, Pierre Deffontaines, Henri Lefebvre, Yves Lacoste, David Harvey, Jean Paul Sartre, Edward Soja, Neil Smith, entre outros, como demonstramos a seguir, através da figura cuja construção ocorreu a partir de pesquisa elaborada no GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) da Unioeste de Francisco Beltrão.

³

Extraído de texto publicado na Revista **Caros Amigos**, nº 17. São Paulo, agosto de 1998.

FIGURA 1: Principais referências de Milton Santos



FONTE: SILVA, S.S., SANTOS, R. A, 2008.

Sintetizando a sua proposta metodológica, Milton Santos pode ser considerado um marxista, porém, um marxista não ortodoxo, pois a filosofia de Jean-Paul Sartre o influenciou consideravelmente, por exemplo, na obra *Pensando o espaço do homem* (1982).

Para Sartre *apud* Santos (1982), o homem tem possibilidade de fazer a sua própria história, construindo a sua própria essência, o que o leva ao entendimento de que o existencialismo é otimista. Ainda, segundo Sartre, o existencialismo é um humanismo, já que o homem passa a ter responsabilidade pela escolha que ele faz. Se o homem escolhe

viver em sociedade, ele passa a ser responsável por toda a sociedade. Eis a essência de uma filosofia que vai ser importante para a Geografia de Milton Santos.

O existencialismo concebe o homem como sujeito que encontra a sua natureza na universalidade, na sociedade em geral. Em algumas obras, podemos verificar a influência do pensamento marxista e, também, do existencialismo, de Sartre, no pensamento Miltoniano. Para Milton Santos, o objeto de estudo do geógrafo é algo que está em movimento, porque o homem é visto como sujeito, ele é ativo e transforma o espaço.

2.2 Espaço e território

Atualmente, são muitas as definições encontradas para o termo território. Nessa perspectiva, é preciso fazer um estudo literário mais aprofundado em busca de seus significados. Para Milton Santos, o principal conceito é o de espaço geográfico, como resultado de uma construção social, espaço compreendido a partir do sistema de objetos e de ações. Realiza um estudo do espaço a partir do desenvolvimento das tecnologias. O lugar se destaca como contraponto ao global, sempre em busca de uma compreensão teórica atrelada ao real. Assim, constrói uma teoria geográfica do espaço (forma e conteúdo), e a totalidade é um componente central de seu método de análise.

Para Milton Santos (1996): “o espaço reúne a materialidade e a vida que as anima”. O território é, então, uma construção social erigida a partir de manifestações e domínios no/do espaço (SANTOS 2006 [1996]). São essas manifestações e esses domínios que têm sido passíveis de interpretações variadas. Em outro momento, o mesmo autor coloca que o espaço não pode ser dissociado de outra categoria de análise: o tempo. Assim, conforme Santos (1988), o espaço pode ser entendido como uma “acumulação desigual dos tempos”.

Segundo Andrade (2007), numa abordagem inspirada em Claude Raffestin, as construções e transformações do espaço em território são decorrentes de modificações, das mais variadas, no próprio espaço, e se dão pelas interferências e pelas relações que ocorrem concomitantemente. O território, para Manuel Correia de Andrade corresponde à uma configuração, ou seja, a uma certa área delimitada e caracterizada por elementos/componentes sociais e naturais. O espaço é a categoria mais ampla; o território é

subjacente, justamente o contrário da concepção trabalhada por Claude Raffestin, por exemplo, que também teve fortes desdobramentos na geografia brasileira.

(...) o espaço (...) reúne relações sociais que proporcionam transformações de várias ordens, ao longo de um determinado tempo histórico, e possui um caráter multidimensional, ou seja, agrupa aspectos culturais, religiosos, políticos e sócio-econômicos (ANDRADE, 2007, p.28).

Entendemos, pois, que todos esses “caracteres multidimensionais” do espaço são capazes de construir territórios. Contudo, na perspectiva de Haesbaert (1995, p.60), “o território deve ser visto não apenas na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica identitária e, podemos assim dizer, afetiva”.

Rogério Haesbaert (1995), assim identifica as vertentes básicas dessas abordagens:

a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder;

b) a cultural(ista), que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva; o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço;

c) a econômica (muitas vezes economicista), hoje minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material-funcional, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1995).

A propriedade, então, entendida como território materializado num determinado espaço a definir funções, é compreensível nas vertentes que tratam de sua criação e manutenção, na perspectiva “jurídico-política” e/ou “econômica” do território. Já a apropriação, por sua vez, está ligada a conjugações próprias da vertente “cultural(ista)”, em que as análises priorizam a dimensão simbólica e subjetiva de quem as constrói e/ou mantém.

Saquet (2004), também faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. Em obra anterior, evidencia:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

Tanto para Rogério Haesbaert como para Marcos Saquet, o território é um dos conceitos principais da abordagem geográfica, sem descartar, evidentemente, a relação espaço-tempo.

Entre os autores que evidenciam o espaço geográfico em suas abordagens, podemos juntar, a Milton Santos, pesquisadores importantes como Ruy Moreira, Armando Corrêa da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros como David Harvey.

David Harvey (1980) em seu livro *Justiça Social e a Cidade*, aborda o espaço como sendo, ao mesmo tempo, absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Explicando, o objeto existe somente na medida em que contém e representa em si próprio as relações com outros objetos. Importa também considerar que, para este autor, o espaço não é nem um, nem outro em si mesmo, podendo transformar-se em um ou outro, dependendo das circunstâncias.

Desse modo, ao tratarmos de espaço e território nas obras de Milton Santos, remetemo-nos ao trabalho de Guilherme Ribeiro, quando refere-se ao mestre. Este autor menciona que Santos amadurece as idéias apresentadas na obra de 1978 de forma contínua até a obra de 1996.

É com o Homem que Santos está preocupado. Mas seu caminho metodológico para o entendimento daquele foi o espaço geográfico. Quando Santos olhava para o espaço geográfico, ele via o Homem alienado, explorado e submetido a um sistema que a tudo deseja transformar em mercadoria. Mas simultaneamente, esse mesmo Homem, sendo um se dotado da capacidade de ação, de práxis, poderia fazer com que este mesmo espaço deixasse de ser sua prisão e passasse a ser sua casa. Era Milton cheio de utopia sobre o futuro. Era Marx que vivia em Milton. À ciência que se impôs à sua vida ele decidiu fazê-la objeto de denúncia, de possibilidades, de futuro. Por uma Geografia Nova pode, perfeitamente, ser lido como Por um homem Novo. É Sartre geografizado por Milton. É o Homem que anseia por um espaço socializado,

humanizado, e não um espaço abstrato, econômico, reduzido ao plano da ideologia. É um Homem que, reclamando seu direito ao espaço, retirando forças num lugar que é palco do encontro, do uso e não da troca, se realiza integralmente, por inteiro, sem dicotomias. É Santos dialogando com Lefebvre (RIBEIRO, 2004, p. 14).

Para Ribeiro (2004), Milton Santos elege o espaço geográfico como objeto, pois ele facilita o entendimento do todo e depois das partes, e não o contrário; além de defender que o mesmo é uma instância social historicamente constituída.

2.3 Milton Santos: *Por uma geografia nova* (1978)

Iniciamos com uma obra basilar de Milton Santos, *Por uma geografia nova* (1978). Para esse autor, sabendo que a cada dia o conhecimento se amplia e diversifica, é preciso construir um sistema que permita identificar a totalidade dos processos, tal como eles se produzem na realidade, de forma a introduzir coerência na sua unidade.

Encontrar uma definição única para espaço ou mesmo território, relata Milton Santos, é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que, toda definição não é uma definição imutável, fixa, eterna, ela é flexível e permite mudanças.

As ciências naturais são exatas porque a cada momento histórico os fenômenos chamados naturais têm uma definição diferente como resultado dos progressos obtidos pelas ciências chamadas “exatas” e pelas ciências do conhecimento, como a filosofia e pelas próprias ciências sociais. (SANTOS, 1978, p.121).

Em *Por uma geografia nova* (1978), o conceito de espaço é central e está relacionado como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e com uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo e se manifestam através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122).

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

O conceito de espaço aparece de modo mais evidente, apresentado como fator social e não somente como um reflexo social. Milton Santos o denomina como uma instância da sociedade. Assim,

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Para Santos, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente.

Desse modo, o espaço além de instância social, que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde a organização feita pelo homem. É uma instância, subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia e se manifesta por meio de leis, específicas de sua evolução. Assim, o espaço organizado é também uma forma, resultado da interação de variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, não possuindo definições fixas definitivas.

O Espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade, e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço. Espaço resultado e condição para a reprodução social.

Nessa obra, é possível perceber a diferenciação entre território e espaço. Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, sendo imutável em seus limites, e apresentando mudanças ao longo da história, o território assim antecede o espaço. O espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações, onde a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território representa um dado fixo, delimitado, como área e pré-requisito à formação do espaço.

Nesse sentido, forma, função, estrutura, processo e totalidade são categorias do espaço que devem ser consideradas em sua análise.

De acordo com Santos (1978), forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais; função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente; nela, as formas e funções são criadas e instituídas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social, conforme mencionamos anteriormente.

Entende-se por processo, a ação que é realizada, de modo contínuo, visando um resultado, que implica tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e resultam das contradições internas da mesma. Assim, ao considerarmos esses processos em conjunto, podemos analisar os fenômenos espaciais em totalidade.

Totalidade⁴ e tempo são categorias fundamentais para o estudo do espaço. A totalidade possui caráter global e tecnológico, apresenta-se pelo modo de produção, pelo intermédio da FES (Formação Econômica e Social) e da história; inseparável da noção de estrutura. Portanto, a totalidade espacial é estrutural. Assim,

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

De acordo com Denise Elias (2002), Milton Santos nessa obra, mergulha na epistemologia da Geografia e na dialética, marcando um tempo de mudança na Geografia, um período de renovação, de busca de novos paradigmas. Em síntese, o conceito de espaço é central em sua abordagem histórica e relacional. Espaço organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente como resumimos no quadro nº 2.

A construção dos quadros, que ocorre ao longo desse trabalho, nos mostra a síntese e análise feita a partir das leituras, e nos servem de embasamento na compreensão do pensamento Miltoniano, pois, dessa forma, é possível seguir a evolução que o conceito de território foi alcançando, de acordo com suas abordagens de geografia e espaço geográfico.

⁴ Totalidade, em suas duas formas principais: o universo e a comunidade humana, constituindo a mais importante categoria filosófica, tanto no campo epistemológico, como no campo ético e estético (GOLDMANN *apud* SANTOS, 1994, p.117).

Quadro 2 - *Por uma geografia nova* (1978).

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Sartre, J. P. Harvey, D. Claval, P. Marx, K.	Ciência social e interdisciplinar, cujo objeto de estudo é o espaço social.	Compreendido como espaço de uma nação, determinado, limitado. Apresenta dados fixos, resultado da ação do homem e seu trabalho.	É a morada do homem, lugar de vida e de trabalho. É onde ocorrem mudanças através do processo histórico, é construído socialmente. Apresenta-se de variadas formas, é um objeto social, resultado da construção histórica e dinamizado pelas classes sociais, totalidade.

2.4 Milton Santos: *Espaço e sociedade* (1979)

Outra obra muito importante da década de 1970 é *Espaço e sociedade* (1979), nesta obra, fala-se em espaço e FES – Formação Econômica e Social: o espaço apresenta-se como uma organização histórica que abarca a totalidade da vida social. Para Santos (1978), a totalidade corresponde as atuais condições da evolução capitalista, exibida pelas estatísticas da produção e do comércio, mostrada pelas discussões a todos os níveis e pelos diversos meios de difusão, assim como as desigualdades geradas pelo próprio sistema.

Para Santos (1979), natureza e espaço são sinônimos desde que se considere a natureza como uma natureza transformada, uma segunda natureza, conforme Marx a chamou. O espaço, dessa maneira, corresponde às transformações sociais feitas pelos homens ou à segunda natureza.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

O espaço consta como matéria trabalhada, sendo um dos objetos sociais com maior imposição sobre o homem, ele faz parte do cotidiano dos indivíduos, por exemplo: a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. De acordo com Santos (1979), há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo. Por isso, o arranjo espacial varia de sociedade para sociedade e no decorrer do tempo histórico.

O território aparece como palco onde o capitalismo internacional se prolifera, enquanto que o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais. Nesse mesmo palco ocorre uma apropriação da mais-valia⁵, desvalorização dos recursos controlados pelo Estado e supervalorização dos recursos destinados às grandes empresas, principalmente nos países periféricos.

O espaço pode ser definido pelo conjunto de lugares compreendido como porções do espaço produtivo e como lugar de consumo. Como já vimos na obra anterior, a forma, a função e a estrutura, são fundamentais para a compreensão da totalidade, sendo aliadas na formação espacial, junto com outros elementos que podemos destacar: divisão social do trabalho, urbanização e sistemas de fluxos, pois todos esses processos têm influência sobre a forma como o espaço se organiza.

Em *Espaço e Sociedade*, a forma aparece como condição da História. Milton Santos afirma que as formas permanecem como herança das divisões do trabalho efetivadas no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual. As formas não têm as mesmas significações ao longo da história do país, da região, do lugar, representam a acumulação de tempo; e sua compreensão depende do que foram as divisões do trabalho. Portanto,

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente (...) somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem

⁵ A mais-valia, é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que está na base da exploração no sistema capitalista.

interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, pp. 42-43).

Assim, para Milton Santos, o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas (produção), das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição historicamente determinadas. O tempo se materializa no espaço.

No modo capitalista de produção, as regiões e os lugares não dispõem de autonomia, mas, sendo funcionais na totalidade espacial, influenciam no desenvolvimento do país como um todo; já a urbanização é resultado de processos sociais historicamente definidos, enquanto localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

Outro elemento fundamental são as variáveis envolvidas no processo, como a urbanização e a industrialização, podendo ser: precoce, recente e tardia; como precoce aparece a industrialização diversificada englobando países industrializados da América Latina (Argentina, Brasil e México), onde o processo de industrialização principiou antes da Primeira Guerra Mundial; os tardiamente industrializados, países que só começaram a industrializar-se após a Segunda Guerra Mundial, e os demais que correspondem aos países de industrialização recente.

Os processos sociais e tecnológicos modelam o espaço, de acordo com os sistemas incorporados e estes vão dando lugar a outro sistema que gerará uma nova organização do espaço. O espaço é reconstruído histórica e constantemente. Os sistemas de fluxo são também elementos que desempenham um importante papel na organização espacial.

Nessa perspectiva, “o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (SANTOS, 1979, p. 18). Daí é possível perceber o caráter relacional dos elementos que estão presentes na produção do espaço geográfico: este, é resultado das relações de totalidade que se estabelecem entre o local e o global.

Conforme Santos (1979), os fluxos podem ser compreendidos através de um circuito inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação de capital não intensivo; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível

de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala. Ambos sistemas são levados em conta no estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos.

Trata-se do espaço cuja unicidade se dá a partir da sociedade que ali se desenvolve, sendo o espaço condição base para esse desenvolvimento. Essas questões são evidenciadas a partir da concepção de *fluxos* e *fixos* elaboradas por Milton Santos e exposta por Castrogiovanni.

As instâncias móveis das cidades, ou seja, os fluxos, são importantes, pois são eles que dão vida ao fixos [...] os fluxos também interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstroem o aparente rígido cenário urbano. [...]... na maioria das vezes, nossa percepção não é total, mas parcial no tempo e no espaço. A cidade não é apenas um conjunto de elementos observados (fixos), mas o produto de muitos construtores. (CASTROGIOVANNI *apud* SANTOS, 2000, p. 24).

Enfim, tanto as atividades do sistema inferior, como as de fluxo superior possuem sua função na organização do espaço, porém, o sistema inferior torna-se pouco a pouco capaz de impor sua influência sobre as unidades espaciais mais extensas, junto com os demais elementos que desempenham seu papel na organização do espaço. O Estado aparece como intermediário entre os agentes de inovação e as realidades nacionais, porém, ambos são condicionados pelas condições históricas gerais de uma nação.

Por fim, sintetizamos este capítulo considerando que a geografia pode ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada espaço, numa concepção miltoniana claramente histórico-crítica.

Quadro 3 - Espaço e sociedade (1979)

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Barrios, S. Lefebvre, H. Engels, F. Harvey, D. Godelier, M. Lênin, V. Sereni, E.	Histórica e relacional	Apresenta-se como palco de proliferação do capital, espaço apropriado pela mais-valia local, através da divisão social do trabalho.	Conjunto de lugares, compreendido como porções do espaço produtivo e como lugar de consumo. O espaço é social e possui formações sociais específicas, destaca a formação econômica e social (FES), é formado historicamente por fixos e fluxos (circuitos inferior e superior); natureza transformada socialmente.

O território não consta claramente nesta obra, porém, aparecem pistas que nos permitem acreditar que é entendido como palco onde se realizam atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa. É também uma fração do espaço local articulado ao mundial.

3. CONCEPÇÕES DE MILTON SANTOS NA DÉCADA DE 1980

A multiplicação de conceitos e de categorias, da revisão de conceitos clássicos da Geografia, são abordagens que ganham força nessas obras durante a década de 1980, pois *Pensando o espaço do homem* (1982), *Espaço e método* (1985), *Metamorfoses do espaço habitado* (1988) estão entre as principais referências do corpo epistemológico da Geografia elaborado por Milton Santos. Desse modo, a proposta teórico-metodológica para a análise do espaço geográfico com a qual o autor vem trabalhando, aponta para a necessidade de compreensão das principais características da contemporaneidade a partir da concepção de espaço geográfico.

3.1 *Pensando o espaço do homem* (1982)

Na obra *Pensando o espaço do homem* (1982), Milton Santos afirma que o espaço, através do processo produtivo, une os homens, separando-os, ao mesmo tempo; é uma construção histórica, acumulação de tempos passados que se manifestam no presente. Espaço construído pelas relações da sociedade com a natureza, mediadas pelas técnicas (período técnico-científico). Técnicas desenvolvidas, principalmente pelas empresas transnacionais, com auxílio do Estado. Infraestrutura e superestrutura se condicionam na organização histórica do espaço.

Como o capital é fluxo, o espaço também o é. O capital, no movimento de mundialização, acentua as desigualdades sociais e espaciais. “A nova estrutura da acumulação tem um efeito certo sobre a organização do espaço, visto que ela agrava as disparidades tecnológicas e organizacionais entre lugares, acelera o processo de concentração econômica e geográfica” (SANTOS, 1982, p. 15).

Dessa maneira, para esse autor, o espaço é tornado mundial, em virtude das inovações tecnológicas. Há forças mundiais de comando social. O espaço é humanizado e desigual. O Estado-nação é um espaço numa totalidade mais ampla e, o espaço do homem é alienado: vende sua energia no mercado, sendo subordinado e explorado pelos agentes do capital.

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo (...) o

espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência (SANTOS, 1982, p. 19).

A especulação e reprodução do capital, juntamente com as forças político-ideológicas, são centrais em sua argumentação. A utilização do espaço é feita por quem tem capital e, por isso, é um processo seletivo que aprofunda as diferenças de classes. O espaço tem uma função de mercadoria que é definida historicamente pela sociedade.

Milton Santos, em *Pensando o espaço do homem*, utiliza-se de três conceitos centrais para sua abordagem do espaço: forma, estrutura e função, a partir da concepção de Henri Lefebvre. Tanto as formas como as funções são alteradas historicamente e, por isso, não podem ser trabalhadas separadamente. A estrutura, a função e a forma, precisam ser utilizadas dialeticamente. O espaço é resultado de múltiplas determinações.

O que une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. O espaço, portanto reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm a produzir nele. Mercadorias eles próprios, sua alienação faz de cada homem outro homem, o espaço, é uma reunião de símbolos (...) tais símbolos que representam objetos: que estão em relação entre si, ao mesmo tempo em que são distintos. (SANTOS, 1982, pp. 22-24).

Espaço de relações, espaço mundial, espaço global, espaço indivisível. Eis a forma de representar o espaço nessa obra: sendo assim, o espaço aparece como uma rede de relações complexas.

Para Santos (1982), a partir do advento da globalização, tanto a sociedade como o espaço, se tornam mundiais, de modo que os lugares, subespaços, nada mais são que espaços funcionais. O espaço tem ritmos, controlados tanto pelo Estado como pelas grandes firmas. É difícil analisar o espaço e sua evolução sem levar estes elementos em conta. Sua ênfase, na abordagem do espaço, é para os agentes do capital e para a atuação do Estado.

Milton Santos entende o espaço como um resultado – soma da intervenção humana sobre a terra, espaço produtivo e construído. Ele torna-se mercadoria universal por excelência, a partir das potencialidades, onde as especulações de ordem econômica ocorrem nesse mesmo espaço, mas com a mundialização há também a fragmentação do espaço, pois acaba se tornando seletivo pelas diferentes modalidades do capital, assim: “O espaço que, para o processo produtivo une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo

produtivo, os separa”. (SANTOS, 1982, p. 22). Dito de outro modo: no espaço, a unidade dos homens, assim, é falsa.

O espaço social distingue-se das formas vazias pelo próprio fato de sua cumplicidade com sua estrutura social. Eis porque, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes.

Desse modo, o espaço geográfico precisa, antes de qualquer reflexão, ser analisado no enfoque espaço-temporal, considerando, por um lado, as características naturais e, por outro, a história como um processo dinâmico ao longo do qual a sociedade se transforma, de forma global, mudando a economia, a política, a paisagem, a cultura e as relações sociais.

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado, são ambos insuficientes. Para compreender qualquer situação, necessitamos de um enfoque espaço-temporal (SANTOS, 1982, p. 205).

Milton Santos destaca a importância de que o espaço seja estudado não somente na sua forma, mas também na sua estrutura, no seu processo e na sua função. Forma, processo, estrutura e função precisam ser considerados ao mesmo tempo, como propugnara nas obras de 1978 e 1979 anteriormente citadas.

Já o conceito de território não é central e é compreendido como área, Estado-nação, como resumimos no quadro nº 4.

Quadro 4 – Pensando o espaço do homem (1982)

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Marx, K. Sartre, J. Lefebvre, H.	Histórica-relacional e crítica.	Corresponde ao Estado-nação, aparece de forma subjacente. O Espaço transformado, através de seu uso e consumo, nos remete a compreensão de território.	Espaço de relações, mundial e indivisível, construído a partir da acumulação de tempos históricos. É formado por formas e processos, estruturas e funções; produto de múltiplas determinações, especialmente das forças do capital e do Estado.

3.2 Espaço e método (1985)

Em *Espaço e método* (1985), o território também não é tratado explicitamente. A expressão conceito é geralmente traduzida como significando uma abstração da observação de fatos particulares.

(...) o conceito só é real na medida em que é atual. Isso quer dizer que as expressões homem, firma, instituição, suporte ecológico, infra-estrutura, somente podem ser entendidas à luz da sua história, e do presente, ou seja: a interação do processo onde território esta contido no espaço e o espaço no território, tornando um movimento dialético (SANTOS, 1985, p. 6).

Milton Santos propõe a análise da categoria espaço ao utilizar novamente os conceitos de *forma, função, estrutura e processo*, para descrever as relações que explicam a organização do espaço, torna-se possível também, a compreensão do processo de produção do espaço. Segundo ele:

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

Nessa dialética, aparecem colocações de dimensão temporal e sistemas espaciais onde se propõe que a dimensão histórica é necessária para ir além do nível de análise corográfica, de forma que a situação atual depende, por isso, de influências impostas. O novo sistema é condicionado pelo anterior. Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros mais modernos; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem, de modo que a ação das diversas variáveis depende das condições de cada sistema temporal.

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade (...) a noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo (SANTOS, 1985, pp. 21-22).

A organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço. Há, no dizer de Milton Santos, uma acumulação desigual de tempos, como já mencionamos.

Os espaços atingidos por inovações estão em contato, ou seja: as variáveis do crescimento mudam e as técnicas e tecnologias determinam as interações. Isso mostra que a formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos e interações sociais entre relações sociais.

Para Santos (1985), o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. Assim, o autor complementa que “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em constante transformação” (SANTOS, 1985, p. 49).

Nesta obra, o espaço advém de uma organização da sociedade, enquanto estrutura funcional, como trabalhara em Santos (1982). É representado como reflexo da sociedade global, fato que o torna determinante das estruturas sociais.

Conforme já citado anteriormente, a *forma* é o aspecto visível do objeto, referindo-se, ainda, ao seu arranjo, que passa a constituir um padrão espacial; a *função* constitui um papel a ser desempenhado pelo objeto; a *estrutura* refere-se à maneira pela qual os objetos estão relacionados entre si, não possui uma exterioridade imediata - ela é invisível, subjacente à forma, uma espécie de matriz na qual a forma é gerada; o *processo* é a estrutura em seu movimento de transformação, ou seja, é uma ação que se realiza continuamente visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Para Santos (1985), forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, se os cientistas levarem em conta em seus estudos sobre a organização espacial essas quatro categorias de análise, chegarão bem próximos de uma interpretação precisa a respeito da formação de um determinado local. O autor reforça, entretanto, que “tomados individualmente, representam apenas realidades parciais do mundo”(SANTOS, 1985, p.52). Considerados em conjunto, eles constroem uma base teórica e metodológica com a qual podemos entender os processos espaciais em totalidade.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida... O espaço, como uma realidade é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território e que cada

ponto do espaço é solidário aos demais, em todos os momentos (SANTOS, 1985, p. 5).

Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência social entre os elementos. Através do estudo das interações, apreendemos aspectos da totalidade social, isto é, o espaço como um todo e a sociedade como um todo. Cada ação não constitui um dado independente, mas resultado do próprio processo social.

Segundo Santos (1985), os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo, os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A cada momento histórico cada elemento muda seu papel no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação como os demais elementos e com o todo. Eles variam e mudam seu papel segundo o movimento da História. Portanto, o entendimento é que o espaço:

[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, a sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através das formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria (SANTOS, 1985, p. 1-2).

Os elementos do espaço, portanto, são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Os homens são elementos do espaço, na qualidade de fornecedores de trabalho e na de candidato a isso. As firmas têm como função a produção de bens, serviços e idéias. As instituições geram normas, ordens e legitimações. O meio ecológico corresponde ao conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. Por fim, as infra-estruturas são o trabalho humano materializado na forma de casas, plantações, caminhos etc.

Enfim, entende-se essa obra como um complemento de *Pensando o espaço do homem*, ou seja, há uma continuidade em sua abordagem de geografia e de espaço, como demonstramos no quadro nº 5.

O território apresenta-se novamente como recorte espacial. Palco da organização espacial de cada grupo social. Assim, cada recorte ou fração pode corresponder ao Estado-nação e ter funções em nível mundial. Para Santos (1985), ocorre uma interação: o território está contido no espaço e o espaço no território, tornando um movimento dialético.

Quadro 5 - Espaço e método (1985)

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Harvey, D Kosik, K Russel, B François, P Dollfus, O Kayser, B Hagerstand, T	Histórica, relacional e crítica.	Aparece como palco, onde se realizam as atividades dos grupos sociais; recorte espacial.	Formado por homens, firmas, instituições, meio ecológico e as infra-estruturas. O espaço é organizado pelas relações sociais e envolve formas, funções, estruturas e processos historicamente definidos.

3.3 Metamorfoses do espaço habitado (1988)

Esta obra também pode ser considerada como uma continuidade de suas reflexões e argumentações do final da década de 1970, porém, essa “retomada” ocorre a partir do desenvolvimento da Geografia crítica, de explicações de categorias analíticas, bem como contribuições advindas de artigos, revistas que ressaltam o espaço geográfico de modo que, “as relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados a disposição do primeiro” (SANTOS, 1988, p. 12).

Nesta obra, Santos rediscute conceitos e categorias da geografia como o espaço geográfico, paisagem e configuração territorial. Quanto ao espaço, é conceituado novamente

como totalidade, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

O espaço passa por várias transformações, adquirindo maior importância quando torna-se uma universalização do mundo:

A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização de produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas (...) universalização da cultura dos modelos de vida social (...) universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total. (SANTOS, 1988, p.14).

A mundialização que estamos vivendo, conforme descrita por Milton Santos e já prevista anteriormente por Marx, é fato, mas não ocorre de forma completa, pois não houve uma mundialização das classes sociais. Portanto, pode-se resumir essa universalização conforme Santos nos reporta, sendo “(...)um fenômeno humano que é dinâmico e, uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. Portanto, é também “uma tríplice universalidade: universalidade espacial, qualitativa e relacional” (BRETON, 1968 *apud* SANTOS, 1988, p.14).

Assim, podemos afirmar nos dizeres de Milton Santos que ocorre uma transformação dos fundamentos da vida humana, porém, de modo a não importar-se com as conseqüências causadas pela utilização da tecnologia versus recursos humanos naturais e locais.

Nessa perspectiva, Milton Santos debate sobre o empobrecimento da ciência; os cientistas perderam virtudes, ao se internacionalizar, estão a serviço do marketing tendencioso, incapazes de alcançar uma visão mundial e crítica.

Desse modo, ao afirmar que os lugares se mundializam, tornando singulares e específicos, devido à grande especialização dos elementos do espaço como homens, firmas, instituições, ambiente, etc., concorda-se que o “espaço é um campo de forças

multidirecionais e multicomplexas, e o mundo, considerado como conjunto de possibilidades, todas interligadas e interdependentes” (SANTOS, 1988, pp. 34-35).

No entanto, reforçam-se os conceitos de fixos e fluxos no estudo do movimento das contradições do espaço geográfico.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1982, p. 53; SANTOS, 1988, pp. 75-85).

A abordagem da configuração territorial inclui os “fixos” e os “fluxos” como elementos constituintes da sociedade; componentes políticos, culturais e economicamente elaborados e representam a dinâmica que está presente no espaço geográfico. Esses elementos, conjuntamente relacionados, constituem a configuração territorial.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (SANTOS, 1988, p.77).

O espaço aparece com um conceito uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é definido em função do valor que a sociedade lhe atribui, isto é, a cada fração espacial historicamente constituída em relação com a paisagem.

O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim. A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. (ELIAS *apud* SANTOS, 2004, p.104).

Conforme Elias (2002), o território, visto de forma dialética, aparece como um todo que se torna um dado da harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma força maior, situada nos centros geradores da informação. A força resulta de sua capacidade de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, hierarquizando-as e redistribuindo-as entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço.

Para Santos (1988), o território depende das especificidades técnicas existentes para o seu processo produtivo, de modo que a tecnificação é una. A aplicação da técnica é que pode variar em cada estágio de conhecimento. A produção tecnificada também ocorre de acordo com a lógica de mercado. O mercado necessita de serviço e agentes produtivos capacitados:

A lógica produtiva global necessita do surgimento de novos agentes produtivos nos territórios e formas de produção e articulação econômica, política e social. É no território onde essas articulações ocorrem. Portanto, um território dotado de “fixos” e “fluxos” torna-se capaz de influenciar a dinâmica produtiva e atender as demandas e exigências internacionais (SANTOS, 1988, p. 15).

Milton Santos afirma que tais fatos solidificam-se diante de sistemas técnicos implementados pela atuação pública governamental em parceria com órgãos internacionais e a iniciativa privada. Sistemas técnicos são as tecnologias e o instrumental capaz de representar as determinantes que viabilizem a construção ou transformações do modo de produção. O território, assim, contém tecnologia e instrumentos, fixos e fluxos, e é configurado historicamente.

Os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial, quem se globaliza são as pessoas. Sendo assim, é no lugar que se apreende o mundo moderno e deve ser entendido em suas condições físicas e relações sociais que são complexas. Um lugar reúne diferentes temporalidades, componentes com distintas idades.

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural (SANTOS, 1988, p.98).

Assim, para Santos (1988), os espaços diferentes são resultados das variáveis sociais, das temporalidades, das técnicas e tecnologias. De modo que, o território poderá ter espacialidades particulares, conforme acontece o movimento da sociedade nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos e culturais.

O território informatizado possui condições de incluir-se numa economia globalizada.

(...) a segmentação vertical do mercado enquanto território é uma segmentação vertical do território enquanto mercado na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual (SANTOS, 1988, p. 157).

Enfim, compreende-se o território como uma das principais categorias analíticas na interpretação da dinâmica econômica na produção do espaço, seus elementos desvelam fatores novos como arranjos, normatização, funcionalidades, circulação, fixos, tornando-o com maior fluidez.

Para Denise Elias (2002), é nesse momento que ocorre prosperidade no estudo das relações entre técnica e espaço, das repercussões espaciais da revolução tecnológica, consagrando o período histórico como técnico-científico. Espaço marcado pela globalização da produção e do consumo, significando movimento, ciência, informação, circulação, concepção muito difundida e utilizada na geografia.

Quadro 6 - *Metamorfoses do espaço habitado* (1988)

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Lacoste, Y. Lefebvre, L. Sorre, M. Silva, A. C.	Como uma construção epistemológica e renovadora. Histórica, relacional e crítica, dialética.	Conjunto sistêmico de pontos que constituem um campo de forças interdependentes, parcela do espaço com fixos e fluxos; configuração.	O espaço reorganizado, mundializado; artificial, solidário e contraditório; sistemas de objetos e de ações, possui dinâmica e se transforma; conjunto de formas e frações, podendo ser sistema de relações sociais de produção; meio técnico-científico; totalidade: configuração territorial, paisagem e sociedade.

Durante a década de 1980, percebemos de modo claro a inserção da categoria território na abordagem de Milton Santos, isso não nega o fato de que anteriormente não fosse tratado, mas, agora é utilizado de forma mais explícita, pois é nesse período que novos elementos enriquecem a categoria até então subjacente ao espaço, trazendo novos elementos passíveis de compreensão. O território ganha atributo de categoria, em que o homem produz o espaço a partir da alteração da natureza por meio de seu trabalho, das técnicas, das tecnologias e da ciência. O território é configurado, ou seja, um conjunto das “coisas” que formam a natureza visível e das formas criadas socialmente.

4 MILTON SANTOS E O RETORNO DO TERRITÓRIO

A partir do início da década de 1990, o território começa a despontar como conceito, e não mais como categoria subjacente, visto que diante de tantas mudanças políticas e sociais que ocorreram, é notório que a abordagem territorial ganhasse força e centralidade na geografia e noutras ciências sociais.

Diante de várias mudanças políticas e sociais, bem como o discurso dos agentes hegemônicos da economia e da política se impõe com maior força, (re)criando necessidades no território, atreladas à uma ligação com os projetos e interesses das grandes empresas (PEREIRA, 2006). Daí o esforço dos governos para dotar o território com a infra-estrutura necessária, com normas, tornando o território viável à ação dos agentes hegemônicos.

Porém, é no contexto internacional que se ancora, no Brasil, a retomada do conceito de território, sobretudo em virtude dos processos de mundialização do capital que desperta intensos debates sobre a desterritorialização. Um dos textos basilares desta retomada é o de Milton Santos: *o retorno do território* (1994). Ele discute o território usado, reorganizado, como condição para a reprodução do capital transnacionalizado.

Nesse sentido, o território usado corresponde a objetos e ações, sinônimo de espaço humano, habitado, possui fluidez, onde os objetos criados, técnicos facilitam essa fluidez. Há, no cenário global do final do século XX, novas redes, relações, conexões, fluxos. Assim, o território pode ser formado de lugares contíguos e lugares em rede.

Os mesmos lugares, contêm simultaneamente papéis diferentes e opostos:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.(SANTOS, 1994, p. 16).

Milton Santos ainda propõe um território formado por verticalidades e horizontalidades dos lugares vizinhos reunidos, de modo que a idéia de verticalidade ou de uso vertical do território foi desenvolvida pelo próprio autor e abordada detidamente em suas obras mais recentes: pode ser compreendida, resumidamente, por aquelas possibilidades de uso e ação territorial que são presididas por agentes externos, inserindo no conteúdo do território racionalidades alheias aos interesses dos lugares. As verticalidades

são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por diferentes formas e processos sociais.

No atual período histórico, os territórios se apresentam de forma integrada, própria do processo de globalização, o que indica uma complementaridade e interdependência funcional dos lugares, sobretudo no que se refere às estratégias de mercado e da organização do território para o seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o território também possui um caráter fragmentário, em virtude dos usos distintos. Os lugares se diferenciam, de acordo com suas inserções no processo de uso econômico do território e na divisão internacional de trabalho. Há diferentes usos do território e desenvolvimento desigual.

Conforme Milton Santos, desta forma, poderíamos pensar que os territórios, desdobrados em regiões e lugares, são mais ou menos desenvolvidos, mais ou menos modernos, levando em consideração suas diferentes formações e usos. Estas formações e usos acontecem com base nas horizontalidades e verticalidades.

O termo horizontalidade é caracterizado pelos elementos contíguos no território, isto é, “espaço de todos”. Já as verticalidades agem pontualmente, provenientes de várias localidades, são as relações mais distantes, formando diferentes redes.

Para Souza (2005), o espaço geográfico, é considerado uma instância social, como a economia, a cultura e a política. Milton Santos vai dar ao espaço geográfico um estatuto teórico e, com isso, uma possibilidade até então inexistente de aprofundamento do diálogo entre a Geografia e outras disciplinas do conhecimento.

Na obra apresentada por Maria Adélia de Souza, intitulada *O retorno do território* (2005), a autora o caracteriza como uma totalidade constantemente modificada e influenciada por movimentos de modernização, que por sua vez, são profundamente marcados por avanços técnicos na esfera de reprodução da sociedade e no cotidiano das relações sociais. O atual período é marcado por uma intensa tecnicização e informacionalização do espaço e da sociedade, criando o que Santos (1994) chamou de meio técnico-científico-informacional.

Nessa obra, a idéia de *território usado*, aparece como uma noção central à compreensão do espaço geográfico atual em suas múltiplas dimensões, ou seja, comporta o problema político do território (e do seu uso), enquanto instrumento analítico (e ao mesmo

tempo político). Daí, podermos fazer distinção analítica entre “uso do território” e “território usado”.

Outra interpretação que o território recebe é a que de realçar as horizontalidades de um território significa a “possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (SANTOS, 1994, p. 20). O uso do território indica uma situação de apropriação, demarcação. O território usado também pode revelar estas situações, porém, pode conter uma leitura ecológica em favor da superação do imediatismo e contrária à globalização perversa.

Outro dado relevante a cerca do território nessa obra, como observa Milton Santos, é o fato de que o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Atualmente, vivendo uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, de Estado Territorial para a de transnacionalização do território (Santos, 1994). Há metamorfoses das diversas forças e interesses que influenciam na sua conformação, quer sejam internas e externas, globais e locais.

Vivemos um processo de transformações profundas nas diversas esferas do relacionamento humano e presenciamos mudanças significativas no processo de transnacionalização do território. "Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, ‘território estatizado’, hoje tudo não é estritamente transnacionalizado". (SANTOS, 1994, p.15).

Contudo, Milton Santos frisa que até mesmo nos lugares onde os processos de mundialização se apresentam de forma cada vez mais eficazes, os territórios habitados, através de outras malhas e redes, acabam por impor ao processo de globalização um outro convite para um novo embate.(SANTOS, 1994).

Conforme este mesmo autor, é pela perspectiva do território que podemos entender sua dinâmica, sobretudo seu conteúdo político. O conceito de território poderá tornar-se uma categoria de análise social quando entendido como “território de usos”.

É, pois, pelo uso do território, porque o uso social é resultado do trabalho humano (SANTOS, 1994), que as múltiplas determinações de um povo esposam as injunções do mundo da política. “Quando algo é *uso* não depende da adesão dos indivíduos, mas precisamente é *uso* porque a eles se impõe” (ORTEGA Y GASSET, 1960, p. 295).

Assim, Milton Santos propõe que o espaço geográfico, sinônimo de território usado, seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente, dominado pela globalização, metáfora que torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra. (SOUZA, 2005).

Definindo território sob a ótica de Souza, vislumbra-se o território como sendo um local onde se estabelece uma contradição vivida, entre o mundo e o lugar, sendo também uma forma híbrida, uma noção que carece de constante revisão histórica:

(...) território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de divergentes ou opostas. Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética afirma-se mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando baseia-se na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. (SOUZA, 2005, p.227).

Portanto, em *O retorno do território*, o território tende a ser transnacionalizado, se reafirma pelo lugar e não somente pelo espaço. O território funda-se nas redes, fluxos, verticalidades e horizontalidades.

Santos *apud* Saquet (2004), realiza uma leitura múltipla do território, uma vez que o mesmo necessita desta leitura. Assim, inclui mais um item: o trabalho/produção para suas análises. Portanto, o autor labuta sobre as muitas faces do capital e sugere aos pesquisadores adentrarem no mundo do trabalho para efetuar uma ampla compreensão do mesmo. Urge um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

Para Santos (1994), o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, sendo também um cenário que contém identidade, solidariedade e práticas cotidianas.

As redes são animadas por fluxos. São dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento da sociedade. Esta, é animada por

horizontalidades e verticalidades, por processos locais e globais, especialmente, dinamizados pelas grandes organizações empresariais.

Enfim, a partir desses pressupostos, podemos concluir que o território é, pois, um recorte do espaço. Espaço recortado, porém, contendo múltiplas relações, redes, fluxos. O que distingue o território do espaço é o seu uso, ou mesmo, os seus vários usos. Santos (1994, p. 15) afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Por isso, o autor defende que é importante o entendimento do território para afastar o risco de alienação, da perda do sentido da existência individual e coletiva e, portanto, afastar o risco de renúncia ao futuro. O território corresponde ao espaço político de um país, formado por lugares próximos e lugares em rede, possui funcionalizações diferentes, sendo transnacionalizado e fragmentado.

4.1 A natureza do espaço (1996)

As abordagens de Milton Santos nessa obra, referem-se ao aprofundamento de conceitos e categorias reforçadas no tocante à epistemologia da geografia, contribuindo para a construção da teoria social crítica, revelando transformações pelas quais a ciência geográfica vem passando, fatores que ocorrem mediante a revolução técnico-científica-informacional e o processo de globalização, bem como uma reflexão profunda sobre a relação existente entre o espaço e o tempo.

Santos (1996), contempla tanto a materialidade quanto as ações, abarcando também a idéia de processo, um espaço, portanto, não estático, mas em constante mutação. Além disso, trabalha novamente com a noção de totalidade, considerando tanto os agentes hegemônicos quanto os “hegemonizados”, o que permite ao geógrafo propor intervenções não parciais, mas que contemplem a maior parte da população.

A análise da materialidade construída através do território constitui-se como opção importante capaz de dar conta de responder a complexidade da dialética territorial da atualidade. Segundo Santos (1996), um recorte se faz necessário para se entender a relação de interdependência no território.

O mesmo ocorre com as redes que surge agora como fator social e político, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. “Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração”.(Santos, 1996, p.209).

Cabe ressaltar a relevância do capítulo 3, na obra *A natureza do espaço*, intitulado “*O espaço geográfico, um híbrido*”. De modo que discute-se espaço e paisagem, sendo esta última freqüentemente utilizada ao invés da expressão configuração territorial, cabendo a esta a composição de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área.

A paisagem é a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (SANTOS, 1996, p. 103). Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1996, p. 105).

Paisagem e espaço não são sinônimos. Para Santos (1996), a paisagem é um conjunto de formas que revelam as heranças que representam as relações ocorridas entre a sociedade e a natureza. A paisagem é composta por objetos concretos criados em momentos históricos diferentes.

O espaço, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual se dá em função do valor que a sociedade atribui historicamente a cada fração da paisagem. A paisagem é a materialização de um instante da sociedade. Assim, no modelo de produção capitalista, o homem é visto como mercadoria.

Espaço e paisagem não estão separados. O primeiro corresponde ao movimento mais amplo, universal, significa tempo. A paisagem corresponde às formas, edificações, materializações visíveis e perceptíveis. Espaço *uno* e *múltiplo*, como afirma Milton Santos, síntese renovada da dialética social.

Nesse sentido, é possível perceber que no território existe a ocorrência de dialética, tanto de ordem local como global, e ocorre mediante um controle que engloba tanto fatores econômicos, como técnicos e sociais no tocante à produção.

Segundo Milton Santos, a parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo comando sobre a porção de território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem.

A natureza é denominada por Milton Santos (1996) como tecnicizada, pois o ser humano é capaz de intervir nos processos naturais, que ganham cada vez mais uma dimensão técnica. A paisagem, ainda na leitura de Santos, é entendida como formas nas quais estão cristalizadas as heranças das gerações passadas. Igualmente contida no espaço geográfico, a paisagem difere dele por ser “um sistema material, nessa condição, relativamente imutável, espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS *apud* SUERTEGARAY, 2001⁶).

A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade. Esses sistemas técnicos atuais são formados de objetos dotados de uma especialização extrema. Isso é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemônicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemônicas dentro de uma sociedade (SANTOS, 1996, p.146)

O território na obra *A natureza do espaço*, é visto como resultante da relação entre os sujeitos e os lugares. Relação mediada pela técnica e pela informação.

Entendido como o espaço socialmente usado, é o lócus onde são produzidas as ações dos homens, das empresas, dos Estados e demais instituições sociais, ou seja – o território pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço esse resultante das práticas dos agentes sociais, que envolve as ações e os interesses também sociais. (SANTOS, 1996).

Para Santos (1996), o conceito de território corresponde a frações funcionais do espaço. O espaço funcionalizado, é também apropriado por determinados atores sociais que fazem sentir suas influências num dado momento histórico.

⁶ Documento eletrônico, não apresentando paginação.

Desse modo, entende que o território é organizado através de “normas”, ou formas de regulação intencionalmente criadas para subordinar as ações em todos os domínios: “os lugares também podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais (...) que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 1996, p. 206). O território é um espaço normatizado.

Para Elias (2002), o comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, na sua densidade funcional que pode ser chamada de densidade informacional. Já o controle distante, realizado sobre parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e pelas redes sociais (técnicas e tecnológicas).

(...) o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o "Mundo" necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o "Mundo" escolhe alguns lugares e rejeita outros, e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo (SANTOS, 1996, p.271).

O território é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido, há uma ordem global desterritorializadora e territórios locais normatizados.

Milton Santos (1996), discorre sobre a compartimentação do espaço mundial, face à globalização revelando duas facetas contraditórias e solidárias. Destaca as fronteiras como delimitação do território nacional e a sociedade que nele vive, princípio da soberania internacional: A economia transnacionalizada opera fluxos financeiros e normativos que atravessam as fronteiras, promovendo um enfraquecimento de suas funções destinadas à proteção interna.

As oportunidades de fluidez oferecidas pelo meio técnico-científico e informacional (Santos, 1996) – as revoluções nos transportes e nas comunicações ilustram muito bem esse processo, possibilitando a unificação técnica entre diferentes lugares. Porém, isto se configura como uma contradição, entre unificação e fragmentação que se efetuam ao mesmo tempo.

Nesta fase da velocidade, de encurtamento das distâncias, os territórios nacionais sofrem em distintos graus, das influências de um mundo que efetivamente se globaliza, mas

é a partir deles que se efetivam as relações interestatais; é na sua estrutura que se fundam quadros legais de legitimação, do poder e reconhecimento das soberanias (CATAIA, 2007).

Na configuração inicial da história humana, cada grupo construía seu espaço com as técnicas que inventava para retirar, da natureza, os elementos necessários à própria sobrevivência. Organizando o acesso à natureza, organizava a vida social e o espaço, na medida de suas forças, conhecimentos, necessidades e crenças. O território apropriado expressava, assim, as regras que comandavam a vida social (MACHADO, 2003).

Para Milton Santos, a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é organizada segundo as técnicas vigentes e utilizadas em cada época. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos.

O território, para Milton Santos, configura-se pelas técnicas, política e normas, meios de produção, objetos, conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana (quadro 7).

Nesse sentido, a análise do espaço e do território, impõe, conforme afirma Milton Santos (1996), a compreensão da indissociabilidade entre espaço e tempo, que inclui a relação entre forma e conteúdo (processos). Apenas assim, são reduzidos os riscos de objetivação da ação, associados ao atual resgate do passado e da natureza. As ações acontecem no espaço-tempo e segundo as oportunidades e intencionalidades de cada momento.

Enfim, é esse processo que constrói novas territorialidades e que conduz a ação solidária, resistindo aos comandos da globalização. Estas relações encontram abrigo no espaço herdado e, também, no espaço banal, aquele que, como também disse Milton Santos (1996), é de todos. É no território e no lugar que há possibilidade de buscar uma nova organização, uma nova ordem social baseada na escala do cotidiano e na co-presença e, assim, em elementos de vizinhança, cooperação, emoção etc.

Por fim, nesta obra percebemos um avanço na compreensão da relação espaço-território, ao afirmar que o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que indicam como o território é usado. A constituição do território, a partir dos seus usos, permite pensar o

território como usado e sinônimo de espaço geográfico. Mostra-se que o uso do território é definido pela implantação de infra-estruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade, que é preciso levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, técnica e a política, gerando configurações territoriais. No entanto, ressalta que a atualidade das configurações territoriais advém das ações realizadas sobre elas. É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações que variam historicamente.

Quadro 7 – A natureza do espaço (1996)

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Baudrillard, J. Durkheim, E. Lefebvre, L. Mannheim, K. Russel, B. Sartre, J.P. Sorre, M. Weber, M. Whitehead, A.	Ciência do presente , ou seja, é inspirada na realidade contemporânea. Na relação entre sociedade e natureza. Entre homem e o espaço geográfico. Abordagem dialética e híbrida.	O território é visto como um todo resultante da harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, o território é organizado através de “normas”, ou formas de regulação. Configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço.	Sistemas de objetos e ações. Possui formas e conteúdos. Aparece como configuração e paisagem. É múltiplo e uno: síntese da dialética social, técnica e política.

4.2 O Brasil- Território e Sociedade no início do Século XXI (2001)

Nessa obra, Milton Santos e Maria Laura Silveira conseguiram propor uma teoria do Brasil a partir do território, uma tentativa de explicação da sociedade tomando como pano de fundo o próprio espaço geográfico. De acordo com Minayo (2001), os autores partem de um conceito central, denominado “território em uso”, para designar a relação entre as

técnicas que transformam os espaços, com a política, a economia e as relações que conferem direção a essas transformações. Nessa perspectiva, deixam claro que as mudanças ficam registradas nas diferentes escalas em que o território é apropriado e construído através de normas e políticas.

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 260), “o exame do território permite referir seja as densidades das coisas naturais (...) e das coisas artificiais, ou seja, das próteses acrescentadas à natureza”. A distribuição não é igualitária; é desigual e historicamente constituída. A presença da tecnologia e o fluxo de informações variam segundo as regiões.

Tais densidades, vistas como números, não são mais do que indicadores. Elas revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação e uma história. Na realidade, trata-se de um verdadeiro palimpsesto, objeto de superposições contínuas ou descontínuas, abrangentes ou localizadas, representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituídos por novas adições (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.260).

Santos e Silveira (2001), também destacam que a busca para aprimorar a circulação de pessoas, mercadorias e informações é uma característica do período atual da sociedade. Na análise dos autores, o estado de São Paulo poderia estar entre os privilegiados pelo acesso à tecnologia, já que em países de grande extensão territorial como o Brasil, onde há disparidades regionais consideráveis, “o processo de criação de fluidez é seletivo e não-igualitário” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.261). Para estes autores, num território marcado por diferenças, há regiões onde estão concentradas as produções para exportação e o comércio, com densidades viária e infoviária.

A densidade viária e infoviária não tem, pois, relação direta com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.261).

Nesse sentido, podemos citar o estado de São Paulo, onde a presença da tecnologia não é igual em todas as regiões. Há diferenças na distribuição da telefonia fixa, meios informacionais, meios de comunicação e tecnologia da informação. Estar numa região

privilegiada pela presença da tecnologia também não é garantia de acesso aos seus benefícios. De acordo com Santos e Silveira (2001), existem dois tipos de fluidez. A fluidez virtual, medida pela presença dos sistemas de engenharia, mas “o número e a densidade das vias podem não ser correspondidos pela frequência e densidade do seu uso”(p.262). Já a fluidez efetiva vai depender do uso efetivo dessas vias.

Hoje, segundo Santos e Silveira (2001), surge a necessidade de “criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc” (p.261). Onde há grande circulação, constata-se uma *fluidez do espaço*, o que representa maiores possibilidades para os sujeitos acessarem a informação e outros recursos sociais disponíveis.

As disparidades entre as regiões e mesmo entre cidadãos residentes numa mesma região podem ser analisadas através dos conceitos de rapidez e lentidão.

Do ponto de vista social, os espaços de rapidez serão aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidades de uma circulação mais longínqua. Os espaços da rapidez e os da lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna à região, e também da variedade e da densidade dos consumos (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.263).

Santos e Silveira, também fazem a relação entre os espaços de maior circulação de produtos e idéias com os espaços do poder.

A idéia de espaços da rapidez e espaços da lentidão também pode ser cotejada com a noção de espaços do mandar e do fazer e de espaços do mandar e do obedecer, admitindo-se que o fazer sem mandar e o obedecer podem produzir a necessidade da existência de vias sem, obrigatoriamente, ostentar a mesma presença que nos espaços do mandar (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.263).

Nos “espaços do mandar” estão os ordenadores da produção, da política e do pensamento. As decisões tomadas neste espaço influenciam os demais. A ordenação do pensamento em todos os espaços é feita pelos “espaços do mandar” através da informação. Esta, influencia diretamente na circulação.

Além disso, quanto mais circulação, maior é a especialização do território e, a divisão social e territorial do trabalho. É desse modo, afirma Santos (1996), que áreas

inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação. Há uma regulação com forte influência econômica.

Seja como for, a questão que se apresenta é saber para que serve ser “rápido” ou “lento” e, ao mesmo tempo, identificar as conseqüências econômicas, sociais e políticas da lentidão e da rapidez. Na realidade, é essencial reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.263).

Nesse sentido, convém citar Castillo (2005), quando afirma-se que o circuito espacial da produção representa o encadeamento das instâncias geograficamente separadas: produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, e, o círculo de cooperação garante os níveis de organização necessários para a articulação dos lugares e agentes dispersos. “Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 144).

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.264).

O “novo” uso do território no período técnico científico-informacional resulta de inovações técnicas e organizacionais, que vão desde “(...) o aproveitamento dos ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações (...)” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.118). Portanto, esse uso indica transformações espaciais que convergem no aspecto econômico da territorialidade, considerando a configuração territorial ou divisão territorial do trabalho numa visão mais totalitária, na qual os papéis é que diferenciam os espaços. Espaço e território estão imbricados.

Santos e Silveira (2001), consideram o território uma “extensão apropriada e usada”. Uso social e historicamente definido. Por isto, o território é mais amplo que o conjunto de sistemas naturais e de superposições: envolve as forças sociais, tecnologias, as informações, as identidades.

Para Milton Santos, a identidade refere-se ao sentimento de pertencer e, prossegue dizendo: “(...) o território é o fundamento de trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, (...) onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 10), ou seja, este território usado que é uma categoria de análise (quadro 8).

Haesbaert (2004), analisando a visão de Milton Santos, afirma que o desenvolvimento econômico resulta num processo de organização, reorganização e mesmo desorganização do espaço a partir de “pólos dinâmicos”, mas por esse mesmo ponto de vista as territorialidades e desterritorialidades aproximam-se.

Segundo Santos e Silveira (2001), as maiores empresas desempenham um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia, mediante a colaboração ou omissão do Estado. Ribeiro (2003), a partir de Milton Santos, ressalta que o território deve ser visto como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado.

A criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, balizam o seu próprio movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo; é a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.167).

É nessa obra que obtemos dados diversos sobre o uso do território brasileiro, a transformação do Brasil no meio natural, os sucessivos meios técnicos e o advento do meio técnico-científico-informacional, a constituição do novo meio geográfico, suas bases fixas e os insumos ao solo, etc. há destaque ao meio técnico-científico-informacional que comanda o desenvolvimento no período atual, de modo que:

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto essencial: fazer falar a nação pelo território. Assim como a economia foi considerada como uma fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por

Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como fala privilegiada da nação (SANTOS e SILVEIRA, 2001. p. 27).

Os agentes do capital são centrais na organização do território e o Estado enquanto fator compelido auxilia nesta organização. As finanças passam a ser fundamentais na dinâmica da vida social. “O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 52), assim:

(...) finanças passam a ditar as formas e os lugares irão se desenvolver, e passam a ser dados importantes, se não fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instâncias equivale ao mercado (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.53).

O uso da tecnologia, no período atual faz com que o homem realize o seu antigo anseio de inventar a natureza, porém não descarta que diante disso: “também aumentará a dependência em relação às monoculturas de exportação, a deteriorização dos solos e da água e, doravante, a vulnerabilidade às oscilações do mercado mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.88).

Santos e Silveira (2001), também destacam a relevância do conhecimento endógeno, pois afirmam que é preciso relacionar o conhecimento do lugar com o produzido no lugar. A informação endógena constitui uma possibilidade de dinamizar a economia, pois também fundamenta a divisão territorial do trabalho. As técnicas consideradas obsoletas e as organizações locais são importantes na distribuição das informações em cada lugar.

Ao tratarem do território, destacam a utilização das regiões em função das exigências do global. De modo que as vocações locais são oprimidas pela pressão do global, assim:

Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 105).

Portanto, frisa-se que o capital global não tem fidelidade ao lugar. Porém, quando analisa-se as condições técnicas e normativas criadas, o custo é relevante e produz “alienação advinda da extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva. Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece descobre que essa produtividade é espacial”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.116).

Nessa premissa, o fluxo de capitais movimentava fronteiras de forma expansiva de forma que “As bases materiais e políticas do mundo atual têm permitido uma revolução nas formas de circulação de dinheiro, criando assim novos modos de acumulação.” (SANTOS e SILVEIRA, p.187).

(...) para compreender o território deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Desta forma, defronta-se com o território vivo, vivendo em permanente construção (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.259).

Finalmente, Milton Santos passa a instituir um “território vivo” que, segundo ele, é muito mais que a delimitação geográfica, além de novas formas de compartimentalização do território que ganham destaque. Assim, espaços agrícolas, industriais e serviços tornam-se globalizados e “caracterizam-se pela inserção numa cadeia produtiva global, pelas relações distantes e, freqüentemente, estrangeiras que criam e também pela sua lógica extravertida” (SANTOS e SILVEIRA, p.259). Portanto, há uso, apropriação, fixos, fluxos e redes no território.

Quadro 8 – Brasil Território e sociedade no início do século XXI

Principais referências	Compreensão de geografia	Compreensão de território	Entendimento de espaço
Davidovich, F. Mamigonian, A. Monbeig, P. Prado Jr. C. Singer, P.	Ciência inspirada na relação entre sociedade e natureza, entre homem e o espaço geográfico. Abordagem histórica, crítica e relacional.	Uso do território é a noção central, apresenta-se como produtivo e especializado, transformador diante do meio-técnico-científico-informacional; campo de forças; espaço regulado.	Produzido pelas ações humanas, sistema de objetos cada vez mais artificiais; rápidos e lentos; luminosos e opacos e técnicas.

Num esforço intelectual bastante consistente, Milton Santos e Maria Laura Silveira tecem elaborações renovadas de geografia para compreender e explicar fatos e processos da geografia do Brasil. Fazem uma abordagem crítica, em nosso entendimento, histórica e das redes.

A fim de que possamos compreender efetivamente o estudo de ambos faz-se necessário a visualização do quadro síntese, o qual elaboramos com a finalidade de mostrar algumas das principais considerações feitas por Milton Santos sobre o conceito de território (quadro 9).

Quadro 9 - Síntese da abordagem de território

OBRA	ABORDAGEM DE TERRITÓRIO
Por uma Geografia Nova (1978)	Dotado de intencionalidade específica, possui funções produtivas, espaço de uma nação, determinado, limitado. Apresenta dados fixos, resultado da ação do homem e seu trabalho.
Espaço e sociedade (1979)	Local que acolhe funções, crescendo quantitativamente através das novas ações que nele incidiram e continua incidindo sobre os demais. Apresenta-se como palco de proliferação do capital, espaço apropriado pela mais-valia local, através da divisão social do trabalho.
Pensando o espaço do homem (1982)	Corresponde ao Estado-nação, aparece de forma subjacente. O espaço transformado, através de seu uso e consumo, nos remete a compreensão de território. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.
Espaço e método (1985)	Aparece como palco, onde se realizam as atividades dos grupos sociais; recorte espacial. Território formado por frações funcionais diversas (e articuladas), onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa. Sua funcionalidade depende de demanda de vários níveis, desde de o local até o mundial.
Metamorfoses do Espaço habitado (1988)	Conjunto sistêmico de pontos que constituem um campo de forças interdependentes, parcela do espaço com fixos e fluxos; configuração territorial formada por elementos naturais e artificiais de uso social. Objetos que são variáveis sobre o território

O retorno do território (1994)	São formas, objetos e ações, é sinônimo de espaço humano, espaço habitado, é unidade e totalidade. Possui fluidez, onde os objetos criados que também são técnicos e facilitam essa fluidez, ex. a fluidez virtual porque essa vem das ações humanas que são cada vez mais ações informadas e ações normatizadas. O território pode também ser formado de lugares contíguos e lugares em rede, seu funcionamento se dá através de horizontalidades e verticalidades.
A natureza do espaço (1996)	O território é visto como um todo resultante da harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, organizado através de normas de regulação. Configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, normas e política, pelos objetos, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço.
Brasil: território e sociedade no século XXI (2001)	Uso do território é a noção central, apresenta-se como produtivo e especializado, transformador diante do meio técnico-científico-informacional; campo de forças; espaço regulado por relações de produção social dadas pelas firmas, e por relações de produção do passado e presente, representadas tanto na paisagem quanto na própria estruturação social.

De acordo com as obras descritas, é possível fazer uma análise da compreensão de Milton Santos sobre o espaço e o território, visto que para o autor, o espaço é social e é natureza porque muda com o processo histórico, fato detalhado nas obras *Por uma geografia nova e Espaço e Sociedade*. O espaço pode ser visto como um conjunto de formas, as quais testemunham uma história escrita no passado e no presente - rugosidade/inércia dinâmica.

Além disso, diz que as formas exercem o papel de “atrizes” porque, no decorrer do tempo histórico, os objetos geográficos que as representam ganham não só novo valor, mas novo conteúdo. As formas tem conteúdo. A essência social do espaço está em ele ser constituído, de um lado, por “objetos geográficos naturais e artificiais, distribuídos sobre um território, cujo conjunto nos dá a natureza”(SANTOS, 1985, p.1) e, de outro lado, por processos sociais que dão vida a esses objetos. Tais processos realizam-se não apenas por meio das formas, porém das formas-conteúdo que terminam por adquirir uma expressão territorial.

Paralelamente, o território não é abordado de forma explícita, sendo compreendido como espaço de uma nação, com dados fixos, resultantes da ação do homem e seu trabalho, lugar de interação entre espaço e sociedade, palco de proliferação do capital que ocorre num espaço social, configuração.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade dos anos 1980, a Geografia brasileira começou a empreender estudos sobre o processo atual de transformação do território sob o signo do período “técnico-científico”. Milton Santos, em suas análises, elabora a noção de território usado, argumentando em favor da periodização para compreender as metamorfoses do território ao longo da história.

Em *Pensando o espaço do homem* (1982), Milton Santos, propõe um espaço transformado, através de seu uso, fato que nos remete à compreensão de território, de modo que a totalidade do espaço é uma abstração que não pode realizar-se senão por meio de uma outra totalidade - realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial.

Em *Espaço e método* (1985), Milton Santos destaca a formação do território como algo externo ao território, organizado a partir da análise histórica e suas configurações econômicas, políticas e sociais.

Em *Metamorfoses do espaço habitado* (1988), Milton Santos propõe que “o espaço deve ser organizado pelas relações sociais e envolve formas, funções, estruturas e processos historicamente definidos, considerado como uma totalidade”(p.58). Que, o espaço como realidade é uno se constitui em totalidades. A sociedade atribui a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território. Porém, aprofunda essa explicação na obra de 1996, ao dizer que a totalidade está sempre presente. Para ele, esse movimento é permanente e incessante, processo totalizante, “representado pela paisagem e pela configuração territorial, e totalização que está se fazendo, significada pelo espaço” (p.29).

Em “*A natureza do espaço*”, Milton Santos amplia o entendimento da configuração territorial. No território, há sujeitos com intencionalidades, interesses, especialmente econômicos e de controle político; há fixos e fluxos, tecnologias, redes de circulação e comunicação.

Assim, sofre um processo de “diferenciação” que se define em função da disposição de informação necessária ao seu uso (aproveitamento econômico) e pelo nível de informação que este dispõe em termos da realidade fiscal. As redes determinam relações entre o local e o global.

O território é uma mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local. O "Mundo" necessita da mediação dos lugares, segundo as características destes para usos específicos. Num dado momento, o "Mundo" escolhe alguns lugares, rejeita outros, modificando o conjunto dos lugares, o espaço como um todo (p.271).

Em *Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001), considera-se o território uma “extensão apropriada e usada”. De modo que o território é produtivo e especializado, transformador diante do meio técnico-científico-informacional.

Também em 2001, assevera que se impõe a noção de espaço territorial, pois o território usado é sinônimo de espaço geográfico. Mostra que o uso do território é definido pela implantação de infra-estruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade. Porém, explica que é preciso “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana e a política” (p.247). Desse modo, leva-se em conta uma conexão entre espaço, sociedade e ambiente, cada um com especificidades próprias, mas todos interagidos, em unidade, o que torna sempre difícil a tarefa de compreensão e explicação geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a nossa proposta elaborar um trabalho que visasse compreender conceitos de geografia, espaço e território, recorrer a Milton Santos, foi de extrema relevância, primeiramente por entender que o espaço é uma categoria histórica e permanente, chave de compreensão de nossa vida diária.

Desse modo, compreendo que isso é possível dentro de uma proposta na qual o leitor inicie desde o final dos anos 1970 e possa acompanhar sua evolução a partir de obras mais recentes. A desmistificação ocorre no sentido em que a cada obra vão sendo inseridos novos elementos que enriquecem e traduzem o território num contexto mais atualizado e amplo.

Milton Santos, ao apresentar novas compreensões de espaço geográfico em seus trabalhos, aponta o papel da técnica como vetor de mudanças da sociedade e condicionante da ocupação do espaço, fato denominado meio técnico-científico-informacional. Enfatiza a contribuição da técnica para a Geografia, de modo que seus conceitos são extremamente relevantes para a definição de uma epistemologia da ciência geográfica.

Ainda no final da década de 1970, a totalidade aparece como um elo do espaço com o território, Milton Santos introduz uma reflexão sobre o espaço como totalidade. De modo que a história da produção e a história do espaço constituem uma única história - a da realidade que é a sociedade, na qual o espaço está inserido como resultado e condicionante.

Nesse sentido, Milton Santos apresenta diferentes concepções do espaço geográfico, ao longo de sua trajetória. Descrevendo de forma cronológica, a noção do espaço organizado pelas relações entre forma, processo, função e estrutura, aliado a um sistema de fixos e fluxos, vamos de encontro de uma leitura mais recente: Milton Santos salienta esse mesmo espaço como um sistema de objetos e ações, o qual possui significado ontológico, sendo histórico e transformado. Assim, o espaço é a base desse entendimento: espaço geográfico como natureza modificada pelo homem através do seu trabalho, das técnicas e das tecnologias – espaço vivido.

A partir dessa definição, entende-se que “produzir e produzir espaço são atos indissociáveis”. Essa produção de espaço implica em compreender que o espaço é social,

possui tendência a mudar com o processo histórico e significa uma acumulação desigual de tempos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário primeiro compreender o espaço como categoria histórica e permanente para, então, chegar ao entendimento de território e suas derivações (configuração territorial). Ao conceituar espaço, esses termos mencionados, ajudam a compreender que o espaço é geográfico e pode ser definido como natureza modificada pelo homem. O espaço é social e natureza; é conjunto de formas, totalidades e conteúdos.

O território só ganha sentido quando referido ao espaço. Os objetos geográficos naturais e artificiais estão distribuídos sobre o território e aparecem para explicar a essência social do espaço. De um território como área, passa a um entendimento mais amplo, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, atualizando o significado de configuração territorial. Esta, passa a ser compreendida a partir da apropriação, do uso, da regulação, da circulação, o que nos revela uma concepção renovada de geografia, do espaço e do território: histórica, crítica e reticular (redes de circulação e comunicação).

Por fim, estudar o conceito de espaço e território em Milton Santos é de fato um estudo agradável e enriquecedor. A leitura e compreensão de suas obras, permite-nos entendê-lo não só em parte, mas no todo, desde suas derivações, frações, configuração e uso, seja do território usado como do espaço territorial. Tal compreensão advém do fato de que durante as quase três décadas de abordagem de território, Milton Santos não mudou seu conceito, mas foi inserindo elementos, fatos históricos que levam a uma compreensão mais elaborada de geografia, espaço e território.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE, M.C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Recife: IPESPE, 1995.
- _____, Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS, M. (org). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 213-220.
- ARROYO, M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, A.F.A. (org) **Ensaio de Geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-62.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRUNET, R. (org.): *Les Mots de la Géographie – dictionnaire critique*, Montpellier-Paris: Reclus, 1992.
- CANDIOTTO, L.Z.P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: O território na geografia. In SAQUET, M., Spósito, E., Ribas, A. (org) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR – UNIOESTE, 2005, pp. 67-86.
- CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia en la Geografía**. Barcelona, Ed. Barcanova, 1981.
- _____, **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1985.
- CARLOS, A.F.A. **Ensaio de geografia contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTILLO, R.A. Dinâmica regional e circuitos espaciais de produtos agrícolas no Brasil. Anais do **VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, Fortaleza, v. 1, 2005.
- CASTROGIOVANNI, A.C. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GASTAL, Susana (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000. p.p.23-32.
- CATAIA, M. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, UFRS, 2007.
- CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. In **Perspectivas da geografia**. 2ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CORREA, R.L. Espaço Geográfico: algumas considerações. In: **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982..
- _____, Algumas considerações sobre análise regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, 54 p., ano 49, nº 4 out/dez.
- _____, Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias, et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2003, p. 25-26.
- DELEUZE, G. GUATARRI, F. **O que é filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007. pp.15-47.
- ENTRIKIN, J. N. Contemporary humanism in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 66, n.4, p. 215-632, Dec.1976.
- ELIAS, D. "Milton Santos: a construção da geografia cidadã". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.

EVANGELISTA, H. A. Os debates recentes na Geografia: o futuro da disciplina. In **Revista FEUDUC/CEPEA**, nº 1, agosto/99, pp. 44-63.

_____, **A Geografia Crítica no Brasil**. Trabalho publicado na Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (RJ), setembro de 2000, ano II, nº 2.

GALLI, T. B. Novos usos do território brasileiro à luz do período e a constituição de novas fronteiras. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/87.htm>.

GEIGER, P.P. Des-territorialização e espacialização. In: Santos, Milton (et alli) **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, pp.233-246.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

_____, **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUELKE, Leonard. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

GONÇALVES, C.W.P. a geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de geografia**, 55: p. 5-29, 1978.

HAESBAERT, R. Gaúchos e Baianos: Modernidade e Desterritorialização. Tese Doutorado em **Geografia Humana**. USP, 1995.

_____, **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**, Niterói: Ed. UFF, 1997.

_____, Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. HEIDRICH, A. et al. (Orgs.) **Múltiplas Territorialidades**. Porto Alegre. Ed.UFRGS, 2004.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro, 1995.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____, Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

MACHADO, V.F. **compreendendo o urbano: o marketing político na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

MELLO, J. B. F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº 52, out/dez. 1990.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____, **Conversas – 1948**. Tradução de Fábio Landa; Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MINAYO, M.C.S. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. www.scielo.br. 1999.

MORAES, A.C. R. **Geografia pequena História Crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

_____, A sistematização da Geografia Moderna. In: **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Ed. Hucitec, pp. 15-25, 1989.

_____, **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

_____, O Positivismo como fundamento da Geografia In **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, pp. 21-31, 1981.

- _____, Posição, configuração e grandeza da humanidade. In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____, As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____, COSTA, W. M. - **Geografia crítica - a valorização do espaço**, 2ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, , 1987.
- MOREIRA, R. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Encontros com a Civilização brasileira 16: pp. 143-170, 1979.
- _____, (org) Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico. In **Revista de Cultura**, Vozes, número 4, ano 74, 1979.
- _____, **O Que é Geografia?** Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1982.
- _____, **Assim se passaram dez anos: A renovação da geografia brasileira no período 1978/1988**. GEOgraphia (UFF), Rio de Janeiro- Niterói, v. 2, n. 3, p. 25-50, 2000.
- _____, **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- ORTEGA Y GASSET, J. **O Homem e a Gente**. Rio de Janeiro: Ibero-Americana, 1960.
- PESSOA, R. B. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. João Pessoa – PB, 2007, UFPB. Dissertação www.geociencias.UFPB.br/posgrad/dissertações/rodrigo-pessoa.PDF.
- PEREIRA, M.F.V. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 13, p. 63-69, Set. 2006.
- QUAINI, M. Marx, Engels e a geografia. In: **Marxismo e Geografia**. Trad. Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 50-64.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RIBEIRO, G. O Espaço em por uma Nova Geografia: Resgatando Milton Santos. Anais: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos: 70 anos de AGB**, Goiânia, 2004.
- RIBEIRO, W. C. Milton Santos: aspectos de sua vida e obra. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.
- SADER, E. A refundação do Estado e da política. In: NOVAES, A. (Org.) **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.305-321.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, nº 54, 1977.
- _____, **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- _____, **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____, **Críticas e Alternativas**. São Paulo, Hucitec, 1979a.
- _____, **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- _____, **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____, **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- _____, **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____, O retorno do território. In: **Território globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994. pp.15-20.
- _____, **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____, **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 2000.

- _____, **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- _____, e Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 121-147.
- SCHAEFER, Fred K. O Excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. In: **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, AGB, 1976.
- SILVA, A.C. “A renovação geográfica no Brasil - 1976/1983”. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB - seção São Paulo, S.P., nº 60, pp. 73-140, 2º sem. 83 - 1º sem. 84.
- SILVA, S.S; SANTOS, R.A. Colóquio sobre abordagens territoriais, **GETERR**, 2008.
- SOUZA, M.A.A. O retorno do território *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16* . **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005. [Citado: 18/5/2009]. Disponible en: [http:// bibliotecavirtual.clacso/org.ar /ar/ libros/ osal/ osal16/D16Santos.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso/org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf).
- SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento: In: CASTRO, I E. (org) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.
- TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Y.F. A Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1982.
- VALVERDE, R.H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 15, 2004, pp.119-126. Disponível em Artigo8.pdf. Acesso em 22/05/07.